



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Durval Amaral
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Valdir Rossoni
PMDB Antonio Anibelli
PP Duílio Genari
PT Elton Carlos Welter
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Ratinho Júnior
PSB Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE NOVEMBRO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 427/2004-APPA

Paranaguá, 26 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho a presença de V. Exa. acusar o recebimento do convite para comparecer nessa egrégia Casa de Leis, na data de 29 de novembro de 2004, a fim

de prestar esclarecimentos acerca do Ofício Circular nº 011/2004 - APPA, de 14 de novembro de 2004.

Com grande satisfação me disponho, não só nesta ocasião, mas em todas em que for solicitado, comparecer para expor e esclarecer, com total transparência e imparcialidade, os atos e atividades que vêm sendo desenvolvidos por esta Administração.

Entretanto, em função da necessidade integral de dedicação neste terrível momento que estamos passando, e das atividades que estão sendo desenvolvidas em comunhão de esforços com a Defesa Civil do Estado do Paraná e demais órgãos envolvidos, peço a V. Exa. a *vênia* e compreensão, seja postergado o convite para momento oportuno a ser designado por essa Presidência.

Certo de sua compreensão, renovando os mais elevados votos de estima e consideração, subscrevo-me.

(a) **EDUARDO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**

Superintendente do Porto de Paranaguá

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) **RATINHO JÚNIOR**

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) **PADRE PAULO CAMPOS**

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o horário do Grande Expediente da Sessão Plenário do dia 30 de novembro do corrente para pronunciamento do Sr. Secretário de Estado da Comunicação, Ailton Carlos Pisseti, que virá atendendo convite formulado por esta Casa de Leis, através de requerimento aprovado na Sessão do dia 24/11/2004.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) **NATÁLIO STICA**

REQUERIMENTO Nº 2098

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Valadares, pelo falecimento da Sra. Loreta Valadares, ocorrido dia 24 de novembro, na cidade de São Paulo.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares à Av. Martinico Prado, 106, ap. 144 - Bairro Higienópolis, CEP 01244-010 - São Paulo / SP.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 24 de novembro Loreta Kiefer Valadares, pensadora marxista e heroína contra a ditadura de 1964.

Nasceu em Porto Alegre, em 1943. Seu pai, Curt Kiefer, era um judeu-alemão fugitivo das primeiras perseguições nazistas na Alemanha, e exercia então o modesto ofício de contador de uma empresa exportadora de fumo com matriz na Bahia. Intelectual de respeitável bagagem, carregado de avidez intelectual e ódio à opressão, o pai a introduziu no âmbito de uma cultura sofisticada. Aos 12, 13 anos Loreta já havia abandonado os gibis e historietas juvenis para atirar-se aos clássicos da literatura e da música. Era capaz de apresentar de memória trechos inteiros de Goethe, Tolstoi, Dostoiowski, reconhecer peças clássicas da música logo aos primeiros acordes.

Meses após ingressar na faculdade, porém, trancou matrícula para cumprir bolsa nos Estados Unidos. Mas não se encantou com a Meca do capitalismo. Na desconfortável condição de jovem latino-americana, conheceu o ensino massacrante, a dominação ideológica, o racismo, a pobreza e a revolta da juventude, que na época transitava da geração transviada dos anos 50 para o engajamento dos anos 60. Ao retornar ao Brasil, em 1962, o País fervia. Ingressou na Ação Popular (AP), passando a atuar no então florescente movimento estudantil.

Logo após diplomar-se, em dezembro de 1966, mudou-se para São Paulo. O desafio era conhecer e penetrar o coração industrial do País, onde a AP desejava fincar bases sólidas. Ligou-se a uma cédula de implantação operária. Em fins de 1967 transferiu-se para Minas, acompanhando o namorado Carlos Valadares, com quem se casou início de 1968. Atuou no Município industrial de Contagem, depois entre os camponeses da mata da Jaíba, no Norte mineiro. De volta a Belo Horizonte, foi presa em junho de 1969, junto com muitos outros companheiros e companheiras, no ambiente de repressão policial extensa e truculenta que se seguiu à edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro do ano anterior.

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família da Sra. Irene Maria Antonietto Caldatto, pelo seu falecimento ocorrido no dia 27 de novembro, no Município de Pato Branco.

Requer ainda, que do presente seja enviado cópia ao Sr. Oradi Caldatto, Vice-Prefeito de Pato Branco e seus familiares, pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora, juntando as suas condolências como forma de solidariedade e pesar.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento da Sra. Irene Maria Antonietto Caldatto, mãe do amigo e companheiro Oradi Caldatto, Vice-Prefeito de Pato Branco, ocorrida às 10h00 do dia 27 de novembro, no Município de Pato Branco.

Com 77 anos, Dona Irene estava há alguns meses com a saúde debilitada. Foi casada com o Sr. Belmiro Caldatto, já falecido e dessa união de muito amor teve 06 (seis) filhos: Verônica, Oradi, Iraíde, Erineu, Iraci e Ivanilde.

Dona Irene residia em Pato Branco há mais de 55 anos. Pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, cultivou muitos amigos, deixando o exemplo de humildade, trabalho e de amor à família, nesta hora deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-la, a lembrança e o carinho de mãe e esposa exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Claudionor dos Anjos Silva, Prefeito eleito do Município de Cafezal do Sul, região Noroeste do Estado do Paraná, ocorrido nesse domingo dia 28 de novembro, vítima de acidente de carro em estrada da região.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem ao Sr. Claudionor dos Anjos Silva, que faleceu de maneira trágica nesse domingo, jovem de apenas 29 anos,

deixou a família, pai, mãe, duas irmãs e ainda um filho de 4 anos de idade.

À família enlutada pedimos a Deus que lhes dê o conforto e alivie um pouco desta dor, pois palavras jamais serão suficientes para apagar este momento difícil que a família está enfrentando pela ausência do seu querido filho.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: Av. Manoel Vicente do Carmo, 410 - Cafezal do Sul/PR - CEP: 87565-000.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Líder, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento de Claudionor Silva, Prefeito eleito em Cafezal do Sul, ocorrido no último dia 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2095

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações pelo 50º aniversário de emancipação política do Município de Guaraci.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, enviando cópia ao Prefeito Municipal, Rua Pref. João de Giulli, 180, CEP: 86.620-000 - Guaraci-PR.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao produtor Valdir Eduardo Giocondo pela premiação recebida no concurso campeão regional Café Cereja Descascado.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia à Rodovia Celso Garcia, Km 375; CEP: 86.047-902 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A COASOL - Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville está localizada no Distrito de Ler-

roville, Município de Londrina, entre as comunidades rurais de Água de Limeira e Água da Laranja Azeda, composta por 47 associados, todos agricultores familiares que têm o café como principal atividade e fonte de renda.

Os produtores rurais que participam do projeto são agricultores familiares que têm como principal atividade na propriedade, cuja área varia entre 1,5 e 8 alqueires e desde o final da safra 2003/2004 - mês de agosto, têm sido acompanhadas por um consultor do Instituto Mayte-nus, especializado em agricultura orgânica.

O café produzido no Paraná reúne as características ideais para compor os melhores "blends" do mundo.

Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações aos produtores associados da COASOL - Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville pela premiação recebida no concurso Café Qualidade Paraná categoria "natural".

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia à Gonçalo Marques Pereira, Paulo Alceu Bessa, Jesus Paulo e Silva, Aithi Takachi - rua: Thimóteo, 120 Vila Sian; CEP: 86.039-070 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A COASOL - Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville está localizada no Distrito de Lerroville, Município de Londrina, entre as comunidades rurais de Água de Limeira e Água da Laranja Azeda, composta por 47 associados, todos agricultores familiares que têm o café como principal atividade e fonte de renda.

Os produtores rurais que participam do projeto são agricultores familiares que têm como principal atividade na propriedade, cuja área varia entre 1,5 e 8 alqueires e desde o final da safra 2003/2004 - mês de agosto, têm sido acompanhadas por um consultor do Instituto Mayte-nus, especializado em agricultura orgânica.

O café produzido no Paraná reúne as características ideais para compor os melhores "blends" do mundo. Os produtores da COASOL foram premiados no dia 24 de novembro do corrente com 4 prêmios no concurso Café Qualidade Paraná, na categoria "natural".

Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Alceu M. de Albuquerque Filho. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Wellington Cândido Nunes.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Manoel Ribeiro de Queiroz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Lino Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Cláudio Polizeu.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Célio de Castro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Romeu Demattê Júnior.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Agenor Carlos de Mello.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Adauto Aparecido de Brito.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Rosemagna Freitas Bernardino.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao Professor René Ariel Dotti, pela eleição à Vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal, realizada recentemente em Pequim, China, por ocasião do XVII Congresso Internacional da entidade.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem fazer justiça ao ilustre Professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. René Ariel Dotti. Como representante brasileiro do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal, trabalhará ao lado de representantes de outros 8 países.

A referida Associação é uma das mais antigas e prestigiadas associações jurídicas do mundo, tendo sido fundada em 1924 e reconhecida como órgão consultivo da ONU, congregando cerca de 2.500 membros. Com sede em Paris, onde são realizadas anualmente suas reuniões, a AIDP tem por objetivo estabelecer a aproximação e a colaboração entre os estudiosos e profissionais do Direito Penal e de Processo Penal, usando a elaboração de princípios e regras para a luta contra a criminalidade internacional.

REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Professor René Ariel Dotti pela eleição como Vice-Presidente do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP), em votação da assembléia geral que se reuniu recentemente em Pequim (China), por ocasião do XVII Congresso Internacional da entidade.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O Professor René Ariel Dotti, um dos maiores juristas vivos do Paraná e do Brasil, mais uma vez dignifica os brasileiros. Desta vez, com sua eleição como Vice-Presidente eleito do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP).

A AIDP é uma das mais antigas e prestigiadas associações jurídicas do mundo. Fundada em 1924, é um órgão consultivo das Nações Unidas e congrega cerca de

2500 membros em 84 países. O seu objetivo é estabelecer a aproximação e a colaboração entre os estudiosos e profissionais do Direito Penal e de Processo Penal, com vistas à elaboração de princípios e regras para a luta contra a criminalidade internacional.

A presença do professor René Ariel Dotti em cargo de direção de uma entidade internacional deste porte com certeza o faz merecedor de nosso louvor.

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando dos mesmos providências no sentido de evitar o fim de 20.000 (vinte mil) postos de trabalho na indústria de confecção do Paraná, com o desenquadramento de aproximadamente 200 (duzentas) empresas do SIMPLES, a partir de 2005.

Aproximadamente 200 (duzentas) empresas do ramo de confecção situadas no Paraná receberam notificações da Receita Estadual informando que as mesmas não seriam aceitas na cobrança do ICMS pelo SIMPLES, a partir de 2005.

Cabe salientar que essas empresas industrializam peças de vestuário que já vêm cortadas de grifes paulistas. Essa mercadoria é acompanhada com uma nota de remessa para industrialização. As peças são industrializadas em fábricas do Paraná. Após, são devolvidas ao Estado de São Paulo acompanhadas de uma nota de devolução e de outra nota fiscal cobrando o serviço de industrialização.

O que o Governo do Estado fez para desenquadrar essas empresas: está somando o valor da simples devolução com a nota de cobrança do serviço de industrialização.

Essa soma é inviável para as empresas paranaenses, haja vista que não há entrada de recursos com a simples remessa e a devolução dessa mercadoria. A única nota que efetivamente representa crédito de ICMS é a de cobrança do serviço de industrialização.

Em razão do exposto, cobra-se do Governo do Estado providências para não erradicar postos de trabalho, ainda mais em se relevando a importância da geração de emprego na área de confecções, transformando algumas cidades em verdadeiras fontes de referência de geração de empregos e qualidade de vida.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Chefe da

Casa Civil, Caíto Quintana, solicitando informações sobre a recente viagem do Governador Roberto Requião aos Estados Unidos, para a Cidade de Nova York, no último dia 21.11.2004; com matéria constante da Revista Época nº 341 de 29.11.2004, de circulação nacional:

1 - Quantas pessoas acompanharam o Sr. Governador Roberto Requião em sua viagem internacional no dia 21.11.2004?

2 - Quantos e quais foram os funcionários do Governo do Estado e da COPEL do Paraná que participaram da comitiva do Sr. Governador?

3 - Quais as funções que desempenharam esses funcionários durante a estadia no exterior?

4 - Qual o custo total da viagem? Listar gastos (de maneira individual) com emissão de vistos (visto de trabalho J1), passagens, estadia, alimentação, deslocamentos.

5 - Se tais informações já constam no site www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br? Senão estão, porque ainda não constam e a partir de quando passarão a constar?

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando manifestação contrária ao projeto de lei complementar, no qual propõe a retirada da gratificação para os novos professores que ingressarem no Quadro da Educação Especial do Estado.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando informações sobre o assunto retratado no documento em anexo.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, Digníssimo Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre as viagens realizadas ao exterior, pelo ex-Governador Jaime Lerner, no período de janeiro/95 a 31 de dezembro/2002, bem como o número

de pessoas que fizeram parte da comitiva, os gastos sofridos pelo erário público, e os objetivos das excursões internacionais.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 446/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentada a letra “t” ao inciso II do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

“Art. 14 -...

II -...

a)...

t) - produto classificado na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (Código NCM: 22.01.10.00 - Ex. 01 - Águas minerais naturais e 22.01.90.00 - Outros (Água mineral natural com gás).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A água para consumo humano, quer seja mineral natural ou potável da rede pública, é essencial à sobrevivência humana.

A água mineral natural, envasada em embalagens próprias à luz dos critérios sanitários definidos na legislação específica, é o único bem substituto direto da água potável encanada oferecida à população, pela rede pública.

A água, como fonte de vida, deve ser preocupação constante da humanidade, tanto da ótica da saúde (a contaminação ou má qualidade da água são responsáveis por elevados gastos públicos que poderiam ser evitados e prevenidos), quanto sob o prisma da universalidade de acesso em condições hígidas.

E é exatamente para ampliar as possibilidades de suprimento de água a todas as pessoas e em todos os momentos (uma longa estiagem pode comprometer o regular fornecimento de água encanada) que os governantes têm engendrado formas de realizá-lo ao menor custo.

Nos países europeus, por exemplo, a carga tributária média incidente sobre a água mineral natural é de 8% (oito por cento).

Voltando um pouco no tempo: o nosso Código de Minas (Dec. Lei nº 7.841, de 1945) prescrevia, em seu artigo 37, que o conjunto de tributos a recaírem sobre as águas minerais devesse se sujeitar ao limite de 8% (oito por cento). E mais, até a Constituição Federal de 1988, a

água mineral natural envasada não era onerada pelo então ICM.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei que reduz a alíquota de ICMS incidente sobre a água mineral natural para 12% ao invés dos atuais 18%. Com esta iniciativa, por certo, ficará expandida a chance de acesso a esse bem essencial à vida e à saúde das pessoas.

PROJETO DE LEI Nº 447/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o “Dia do Frentista”, a ser comemorado, anualmente no dia 30 de março, estendendo-se a todos os funcionários que trabalham em postos de gasolina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Muitas são as atividades desenvolvidas pelos frentistas e outros funcionários de postos de gasolina, não apenas abastecer o veículo, conforme as pessoas pensam. Se você parar para analisar, ele tem uma função de grande valia, pois além de abastecer o veículo, ele nos alerta sobre condições da água do veículo, óleo, pneus, vidros e muitos outros itens que poderão ser importantes para a nossa segurança e de nossa família, pois um vidro sujo, um pneu vazio, falta de óleo e outros alertas poderão ser importantes para uma boa viagem. Por esses motivos, gostaria de ver esse projeto aprovado, para que possamos comemorar o Dia do Frentista no dia 30 de março.

PROJETO DE LEI Nº 448/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos de “Ativos” pertencentes ao Estado do Paraná, adquiridos pelo Estado do Paraná do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condições, celebrado em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, ajuizados ou não, atualmente sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S/A, conforme Decreto 3.764/2001, poderão ser objeto de compensação com precatórios alimentares, com precatórios decorrentes da complementação de valores de precatórios quitados com base no artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, com créditos decorrentes do disposto no artigo 40 da Constituição Estadual e com os

valores correspondentes aos décimos vencidos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30/2000, dos precatórios não alimentares, observado o valor da data do requerimento de compensação.

§ 1º - Define-se precatório de natureza alimentícia aquele decorrente de salários, vencimentos, proventos, honorários advocatícios, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

§ 2º - Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expedidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 3º - Os precatórios terão o seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do protocolo do requerimento de compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 4º - Para os efeitos desta lei, os precatórios, a critério de seu titular, poderão ser cedidos por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros, detentores de débitos para com o Estado do Paraná, decorrentes de “Ativos” adquiridos do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 2º - A compensação restringir-se-á a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor devido pelo requerente, devendo o saldo remanescente ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pela taxa referencial - TR acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sendo vedada a concessão de prazo de carência.

§ 1º - Para fins de cálculos do valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s), adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná corrigido(s) monetariamente pela taxa parcial - TR acrescido(s) de juros de 6% (seis por cento) ao ano até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 2º - Quando os encargos contratuais pactuados vigentes forem mais favoráveis ao devedor, para fins de cálculo adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná acrescidos dos encargos previstos contratualmente até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 3º - O não pagamento da(s) parcela(s) devida(s) referente ao saldo remanescente por parte do requerente, implicará na imediata propositura das medidas judiciais cabíveis por parte da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - O requerimento para compensação será protocolada na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos “Ativos” do Estado do Paraná e sujeitar-se-a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá em até 30 (trinta) dias contados desse protocolo, indeferi-lo, fundamentalmente.

Art. 4º - O pedido de compensação será encaminhado ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001, o qual aprovará ou não, após o exame de admissibilidade realizado pela Procuradoria Geral do Estado os requerimentos de compensação de dívidas com precatórios requisitórios.

Parágrafo Único - Deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 10 (dez) dias, informará ao Juízo da compensação operacionalizada e efetuará o pagamento do saldo remanescente da forma aprovada.

Art. 5º - A extinção dos débitos, realizada na forma desta lei, não dispensará o devedor do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios de sucumbência devidos à Procuradoria Geral do Estado, quando a dívida a ser compensada for objeto de demanda judicial.

Parágrafo Único - Os honorários de sucumbência devidos, quando não arbitrados pelo Juízo, serão negociados diretamente com a Procuradoria Geral do Estado, limitados ao percentual de 10% (dez por cento) do valor da dívida compensada.

Art. 6º - O direito à compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 7º - Os benefícios previstos nesta lei não são cumulativos com outros já existentes, bem como, com outros que, porventura, venham a ser estabelecidos, prevalecendo o critério estabelecido no artigo 2º da presente lei.

Art. 8º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeito de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO e

ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de permitir que o Poder Executivo possa

compensar dívidas de devedores dos denominados “Ativos”, adquiridos pelo Estado do Paraná, oriundos do Banco do Estado do Paraná, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual.

As operações financeiras de ativos adquiridas pelo Estado do Paraná por ocasião da privatização da instituição estadual BANESTADO são de baixa liquidez e, por consequência, de difícil recuperação pela atual gestora Agência de Fomento do Paraná.

Ademais, lei de semelhante conotação jurídica já foi implementada, anteriormente, gerando significativos benefícios econômicos ao Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 449/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a inclusão de produtos alimentícios alternativos e naturais na Merenda Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino.

§ 1º - Serão considerados produtos alimentícios alternativos: a granola, o óleo de soja, a soja e seus derivados, a semente e o óleo de linhaça, o gérmen de trigo, a semente e os derivados do milho, das cascas de frutas e legumes, o óleo de milho, o óleo de girassol.

§ 2º - Caberá ao nutricionista, inscrito no respectivo Conselho de categoria profissional e vinculado à Secretaria de Estado da Educação através de Concurso Público, determinar as quantidades, mínima e máxima, próprias ao consumo dos produtores, respeitando a faixa etária e horária adequados à sua ingestão, bem como supervisionar a inobservância de higiene no pré-preparo, no preparo, assim como orientar a execução de receitas, observadas as possíveis restrições alimentares.

§ 3º - Caberá à Unidade Escolar manter ficha atualizada relativa ao desenvolvimento ponderal, utilizando a avaliação nutricional com dados sobre: peso, altura, índice de massa corporal, pregas cutâneas e circunferência braquial de cada criança/adolescente, com vistas a avaliar a eficácia do reforço alimentar preventivo.

Art. 2º - A Direção da Unidade Escolar promoverá reuniões mensais entre o Nutricionista da Unidade e os pais e/ou responsáveis pelos estudantes, com a finalidade de informar, orientar e divulgar as fontes alternativas de alimentos naturais, incluindo-se o modo de preparo, devendo exaltar não só a qualidade de vida proporcionada por uma boa alimentação, como também o custo de produtos alimentícios alternativos em comparação com a alimentação tradicional.

Parágrafo Único - A publicidade institucional ressaltará os benefícios nutricionais de uma alimentação adequada, alertando sempre os consumidores para o seu

caráter preventivo das inúmeras doenças geradas pela desnutrição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Entende-se por desnutrição, distúrbios orgânicos causados por vários graus de deficiência e a causa mais simples e óbvia é a dieta inadequada. A desnutrição na infância e na adolescência é caracterizada por crescimento deficiente, peso e altura menores. Quando o peso encontra-se 70% abaixo do peso ideal, considera-se desnutrição grave.

Crianças desnutridas apresentam limitações em sua capacidade de aprendizagem, não respondendo adequadamente aos estímulos, reduzindo seu interesse em brincar e explorar o novo. Debilitadas em seu potencial físico e mental, tornar-se-ão adultos com níveis de produtividade mais baixos e com um futuro sem perspectivas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada três crianças brasileiras apresenta algum tipo de desnutrição, totalizando mais de cinco milhões de crianças abaixo de cinco anos. Vale mencionar a Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No seu artigo 7º, Título II - Dos Direitos Fundamentais, Capítulo I - Do direito à vida e à saúde, o ECA, determina: "A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência".

Assim, no exercício das atribuições inerentes à função do Deputado Estadual, submeto aos meus pares a presente proposição, com o objetivo de oferecer suporte às famílias de baixa renda do Estado do Paraná, no que se refere à alimentação de suas crianças e jovens, ao mesmo tempo, fortalece o vínculo dos estudantes com a unidade escolar que o assiste.

PROJETO DE LEI Nº 450/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica integrado à malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário da sede municipal de Mercedes à sede distrital de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O trecho rodoviário que se pretende estadualizar foi asfaltado pelo plano de compensação da Itaipu Bina-

cional, em função do alagamento de terras para a formação de seu reservatório.

Trata-se de uma rodovia intermunicipal, não tanto usada pelos Municípios abrangidos, mas, principalmente pelo fluxo de turistas provenientes de outras regiões.

É facilmente compreensível que não existe a mínima possibilidade para que os dois Municípios realizem a manutenção desse trecho, em vista do comprometimento de suas receitas em ações sociais de maior alcance local.

Assim sendo, a propósito do exposto, conclamo aos nobres Pares que se dignem a aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 451/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o domínio do Estado, a administração e manutenção da rodovia municipal que liga a sede do município de Mercedes a Porto Mendes, distrito do município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia foi asfaltada pela Itaipu Binacional, sendo que a conservação ficou ao encargo dos municípios.

Atualmente a rodovia é bastante utilizada pelos habitantes dos dois municípios, bem como, faz parte do roteiro turístico da Costa Oeste, além de ser utilizada por empresas de ônibus intermunicipais que fazem o trajeto Guaíra - Foz do Iguaçu, passando pelos demais municípios lindeiros. Da mesma forma, a rodovia serve para o escoamento da produção agrícola, e portanto, por ela transitam caminhões de carga, o que tem ocasionado sua parcial deterioração.

A capacidade financeira do município de Mercedes e do município de Marechal Cândido Rondon não permite que seja feita a devida conservação da rodovia, em função de seu estado precário de conservação. Ressaltamos ainda que entre os dois municípios existe uma pequena ponte, cuja estrutura se encontra comprometida colocando em risco os usuários.

O trecho da rodovia pertencente ao território de Mercedes tem extensão aproximada de 12,5 km e o trecho pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon possui aproximadamente 06 km.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Sr. Presidente, nós da Comissão de Orçamento recebemos aproximadamente 4.500 emendas, que durante o final de semana já foi realizada a sua consistência, e estarão sendo devolvidos ao gabinete de cada um dos senhores, para que vejam se estão corretas, se não há nenhum erro, mas principalmente alguns Deputados extrapolaram aquele valor de dois milhões.

Então, eu pediria que eles priorizassem junto à Secretaria da Comissão de Orçamento, à assessoria, aquelas emendas prioritárias, e dizer que em todas elas já foi feito a consistência e poderá ser verificada se estão corretas pelos Deputados.

Pediríamos que devolvessem até o dia 1º de dezembro com as correções que talvez sejam necessárias, porque a partir do dia 1º nós já começaremos a elaboração da emenda orçamentária.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de interromper aqui o pronunciamento, antes que inicie, do Deputado Plauto Miró Guimarães, de pedir a aquiescência dessa Presidência por eu não portar aqui o paletó como manda o Regimento Interno, em função de estar impedido de usar a mão direita em função do acidente que acabei sofrendo. Gostaria que o senhor pudesse nos permitir que nos próximos dias eu possa ficar sem, até que possa retirar aqui esta tala que está no meu braço.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está deferido o pedido de V. Exa..

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“A revista Época desta semana publica reportagem de três páginas com o título “O Feriadão de Requião”, na qual relata a viagem de comitiva oficial de 18 pessoas a Nova York, onde o Governador foi tocar o sino de abertura do pregão da Bolsa de Valores, em homenagem aos 50 anos da COPEL.

Foi chamado o “Opening Bell”, mas neste período pré-natalino caberia muito bem o “Jingle Bell”, do Papai Noel. Para tocar o sino, foi necessária uma comitiva de 18 pessoas, a maioria com despesas pagas pelos cofres públicos.

O grupo se hospedou no Hotel Elysée, no coração de Manhattan, onde a diária varia de US\$225 a US\$354. E a viagem foi de classe executiva da Varig. O evento foi às 9 horas da manhã de segunda-feira passada, dia 22.

E o resto da semana não teve mais nenhum compromisso oficial nos Estados Unidos, até porque os americanos tiveram uma semana de feriadão, com o Dia de Ação de Graças.

E como o mundo dá voltas, caro Deputado Durval Amaral!

Faço a seguinte leitura textual:

“V. Exa. também está querendo demais do Governador.

Está querendo aquilo que na verdade jamais poderia seduzi-lo, que é deixar de viajar, porque V. Exa. sabe que ele é um homem apaixonado por viagens, principalmente quando o erário paga.

Então, V. Exa., ao pedir que ele não viaje, porque isso seria mais prudente, está exigindo algo absolutamente inaceitável para o Governador.

Viajar, na verdade, é um desejo incontido no seu coração.”

O texto que acabei de ler é, na verdade, parte do discurso que o nobre Deputado Nereu Moura pronunciou neste plenário no dia 28 de maio de 2002, com a intenção de criticar viagem do então Governador Jaime Lerner aos Estados Unidos para assinar com o Banco Mundial um contrato onde o Banco doou 15 milhões de dólares para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná.

É graças a essa doação que o Estado hoje pode investir na consolidação do Corredor da Biodiversidade, entre o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque nacional de Ilha Grande, preservando as margens do Lago de Itaipu.

A crítica de ontem é o silêncio de hoje.

Pior que isso, o sino que o Governador Requião foi bater em Nova York não trouxe nenhum dólar para o nosso Estado, não trouxe nenhum investimento novo.

Em 23 meses de governo, essa foi a 16ª viagem internacional do Governador Roberto Requião, contando as viagens aos países do MERCOSUL. Dá em média uma viagem ao exterior a cada 43 dias. As comitivas do Governador têm sido generosas. A exemplo desta, que levou 18 pessoas a Nova York, numa das viagens à Argentina a comitiva teve pelo menos 17 pessoas, com todas as despesas pagas pelos cofres públicos.

Queremos ver, Sr. Presidente, se as despesas dessa viagem a Nova York vão estar colocadas na Internet, no site sobre gestão do dinheiro público, tão divulgado nos últimos dias pelo Governo do Estado.

Vamos ver até onde vai a transparência do Governo.

Vamos ver se o Governo informa aos paranaenses quanto gastou com cada um dos integrantes da comitiva que foi a Nova York para ver o Governador bater o sino da Bolsa de Valores”.

Estou encaminhando um requerimento pedindo informações das despesas feitas por essas comitivas que foi bater o sino em Nova York.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, Sr. Presidente, eu iria fazer uso, junto com o Deputado Bradock que é relator da CPI da Reforma Agrária, do Grande Expediente, mas, uma vez que temos a presença do Procurador Geral do Estado que vai falar sobre o projeto que está aqui na Assembléia Legislativa que visa alternar as leis dos Procuradores e também dos advogados do nosso Estado, solicitamos o Grande Expediente da Sessão de amanhã e sabemos que, talvez, estará presente o Secretário Pisseti, da Comunicação Social. Se ele não vier, estarei amanhã no Grande Expediente, junto com os integrantes da CPI.

Empreendemos uma viagem, na semana passada, pelo interior do Estado do Paraná e fomos fazer uma visita à Fazenda Araupel, em alguns assentamentos aqui na região de Laranjeiras, fomos à região Noroeste do Estado do Paraná, em diversos Municípios onde o problema agrário, as invasões de terras são muito tensos. Visitamos algumas fazendas, e amanhã vamos fazer um relato sobre toda a nossa viagem, mostrar as coisas boas e também as ruins, as que deram certo e as que também que não estão dando certo na questão da reforma agrária no nosso País, mais particularmente no Estado do Paraná.

Deputado Plauto, ouvi com muita atenção aquilo que V. Exa. estava falando aqui da tribuna e não me canso de dizer, Srs. Deputados, que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa, seja na vida pública ou privada, no dia-a-dia de cada pessoa: é o tempo. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou se encarrega de desmentir as pessoas.

Quem não se lembra, no Governo passado, desta tribuna, cada vez que o Governador Jaime Lerner fazia uma viagem para o exterior o quanto ele era criticado com veemência e críticas até não com fundamento construtivo, críticas que vieram até em desfazer aquilo que o Governo estava buscando lá no exterior.

Nessas constantes viagens que o ex-Governador Jaime Lerner fez para o exterior, os resultados ao menos vieram: está aqui a Renault no Paraná; está aqui a Audi, no Paraná e assim poderia citar “n” outras empresas, que são consequência das viagens que o ex-Governador fez para o exterior. Agora, não foram viagens como este governador está fazendo. Disse muito bem o Deputado Plauto, vai para Nova York, vai para os Estados Unidos bater o sino na abertura da Bolsa de Valores. Ora, e o que é que se fez todos esses dias? É uma comitiva, como diz o Deputado Plauto, dezoito pessoas! E assim é normal a viagem que se faz para o exercício com uma comitiva enorme? Contrário do que se fez no governo passado, quando se viajava para o exterior levava-se uma comitiva muito pequena. Uma dessas viagens eu participei, sim. Outros Deputados também participaram.

Mas, por que estamos trazendo isso aqui agora, Deputado Stica, V. Exa. que é Líder do Governo?

Muitas pessoas têm que tomar do próprio veneno. As pessoas que criticavam o governo hoje fazem da mesma forma e com muito mais gente e as viagens mais frequentes!

E o que cabe então a nós, Deputados da Oposição, Deputado Plauto, Deputado Rossoni, Carli, Traiano, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto? O que cabe a nós trazer aqui na Assembléia? Refrescar exatamente a memória daquelas pessoas que constantemente criticavam o ex-Governador e hoje fazem muito mais! Daí dizemos: “O tempo é o remédio para essas pessoas”.

O que é que tanto o governo está fazendo? E não vamos contar as viagens também do Vice-Governador, dos outros Secretários; estamos falando das viagens do Governador Roberto Requião, que prega pela moralidade, que tem que defender o interesse público do Estado.

Ora, aí nós deixamos a pergunta: a sociedade do Paraná, com toda certeza saberá separar exatamente “o joio do trigo”. Saberá separar aqui que os governantes que hoje administram o Estado fizeram quando eram Oposição.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu diria o seguinte: alguns têm um plano de governo no período eleitoral, Deputado Antonio Anibelli, para ganhar a eleição! Outros, têm um plano de Governo para administrar o Município e o Estado! E quando eu falo isso, falo das promessas feitas em 2002 pelo Governador Roberto Requião. Qual era o seu grande mote? Acabar com o pedágio! “Eu acabo com o pedágio no Paraná”! Segundo: “Ou o pedágio abaixa ou acaba”! Depois, a Justiça não permite. Faz-se uma negociação com as empresas concessionárias, reduz-se o preço do pedágio, tira-se todos os investimentos. Um abraço!

A duplicação da BR-277, a Rodovia da Morte e sábado ainda junto com o Deputado Elton Welter, com o Deputado Dobrandino, estivemos participando na Cidade de Vera Cruz do Oeste - é a segunda reunião que participamos no Oeste do Paraná, quando a classe empresarial não aceita a paralisação da duplicação da BR-277. Nós não podemos aceitar isso. Faz-se uma negociação, reduz-se o investimento, reduz-se o custo do pedágio, mas se retira o investimento! Este sim, Deputado Rossoni é um alto negócio, como aconteceu aqui na Rodovia do Xisto! Reduz-se para o “Caminho do Paraná”! Reduz-se a tarifa do pedágio, mas dá-se de presente mais uma praça de pedágio!

É por isso que eu digo, alguém faz uma promessa de campanha que sabe que não consegue cumprir, porque nós vivemos num País de estado de direito; quando se faz um contrato não se faz em nome da pessoa; faz-se em nome do Estado. Isso tem que ser respeitado.

Por isso, uma reflexão a cada um de nós integrantes deste Parlamento, das atividades de cada homem público que fala no período eleitoral e depois quando está no governo, o que ele faz? Viaja para o exterior, e viva o dinheiro público do Estado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos chegando ao final do mês de novembro e se aproxima mais uma vez o aumento do pedágio nas rodovias do Estado do Paraná. Mais uma vez, nobre Deputado Valdir Rossoni, vale lembrar o debate da televisão, onde o Governador em alto e bom som, indagando o então candidato opositor Álvaro Dias, o que este faria com relação ao pedágio. O Álvaro com a sua diplomacia e com a sua maneira de exprimir opinião dizia que ele, imediatamente depois de eleito, faria uma auditoria, após o que tomaria as medidas necessárias. O então candidato, hoje Governador, com a sua verve contundente, que lhe é peculiar, afirmou categoricamente: “Acabo com o pedágio no primeiro dia do meu governo. Essa história de auditoria é para quem não quer resolver o problema do pedágio!”

O que estamos vendo são as concessionárias, as duas privilegiadas que efetivamente lograram benefícios desse Governo, ao serem discriminadas em favor de si mesmas, porque o Governo desobrigou a Caminhos do Paraná e a Rodovia das Cataratas de realizar todos os investimentos previstos contratualmente. No caso da Caminhos do Paraná, cerca de 720 milhões de reais. No caso da Rodovia das Cataratas, além de todos os benefícios na desobrigação de novos investimentos, o presente previsto, inclusive, já naquele contrato no dia 12 de dezembro o aumento contratual que uns falam de 35, outros de 45%. O que é pior, os termos contratuais que foram firmados entre o DER, o Governo do Estado e as concessionárias, que a Oposição tem cobrado, incansavelmente, aqui, os aditivos contratuais, as denúncias que a Oposição tem feito até hoje não chegaram à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O pior, não sei se por total incompetência ou por total má-vontade de resolver o problema dos pedágios, todas, senão quase todas as proposições jurídicas encaminhadas ao Poder Judiciário, uma a uma, por terra caíram! A saber, primeiro, o Governo decretou no dia 25 junho de 2003 a intervenção nas concessionárias, quando estávamos votando aqui a encampação. No mesmo dia decretou, como se fosse um biruta de aeroporto, e voltou atrás no dia seguinte ou no mesmo dia.

Por fim, a Assembléia Legislativa deu - fazendo o *mea-culpa*, mas para não se tornar responsável pelo discurso tresloucado do Governo, em função de que se a encampação não fosse aprovada na Assembléia Legislativa e, talvez, aí sim o Governo isso quisesse - a Oposição e a Situação deram um cheque em branco para o Governo, para que ele decretasse a encampação. Passou mais de ano e como nós alertávamos que íamos votar a encampação, mas que ela não era um instrumento jurídico correto para que fosse aprovada a encampação ou para que se efetivasse a encampação.

O Governo perdeu no Tribunal Regional, em Porto Alegre e efetivamente a encampação caiu por terra. Quis o governo fazer uma simulação de auditoria, sem direito ao contraditório para tentar arbitrar a indenização que estava prevista na encampação. Uma auditoria sem o contraditório, sem que a parte *ex-adverso* não fosse ouvido, caiu por terra, claro, isso também caiu por terra. Quis então o Governo - me parece nessa área, certamente, a assessoria do DER, não é bem assessorada, ou os advogados contratados, ou há falta de interesse, quis então promover a desapropriação, por terceiro ponto das ações. E novamente a desapropriação caiu por terra na via judicial.

Então, fico aqui a me perguntar: ou o Governo é mal assessorado ou está enrolado em seu próprio discurso, ou não quer promover o fim do pedágio no Estado do Paraná, haja vista as concessões dadas à Caminhos do Paraná e à Rodovia das Cataratas e que agora chegam a pleitear até 45% de reajuste. E o que a Oposição espera?

A Oposição espera e dá condições para que o governo cumpra sua promessa, caso contrário, incansavelmente, vamos cobrar a promessa que teve só cunho e objetivo eleitoral. Poderia, Sr. Presidente, ficar aqui colocando inúmeras falhas cometidas nessa questão entre o Governo do Estado e as concessionárias e talvez ainda na Sessão de hoje ou, quem sabe, ainda no decorrer desta semana - haja vista ser iminente o aumento nas praças de pedágio - nós continuaremos denunciando todas essas irregularidades, propositais ou não, que o Governo comete.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, aunciamos a presença, na tribuna de honra deste Plenário, de Alceste Iwanaga de Santana, Prefeito eleito de Nova América da Colina, do PPS, e o Vereador Pedro Santana, também do PPS daquele Município.

Sejam bem-vindos, e em nome da Deputada Arlete Caramês desejamos aqui uma boa estada, especialmente a participação na nossa Sessão de hoje.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero comunicar à Mesa e ao Plenário que vamos passar algumas imagens do acidente do navio Vicuña. A Comissão Especial criada por esta Casa foi até Paranaguá e teve uma audiência pública e a nossa assessoria produziu algumas imagens fornecidas pela Defesa Civil e pelo sobrevôo que tivemos sobre o acidente.

Então, o tempo será ocupado pelas imagens, para conhecimento da Casa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Gostaria de registrar a presença do Prefeito da Cidade de Itambé, Mario Forestiere, e sua assessoria e também da senhora Luiza Pupin, esposa do nosso Vice-Prefeito eleito de Maringá, Roberto Pupin.

Registrar também a presença do Deputado Federal Ricardo Barros e também do Píer Paolo, que é o nosso companheiro do PP Jovem aqui de Curitiba.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Da mesma forma, registrar em meu nome e no nome do Deputado Ratinho Júnior a presença aqui do Prefeito eleito de Quarto Centenário, o Reinaldo, junto com nossos vereadores e toda a liderança comitiva de Quarto Centenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Agradecemos a presença de todos os nossos visitantes no dia de hoje!

Passaremos, então, às imagens solicitadas pelo Deputado Neivo Beraldin.

(Apresentação de vídeo referente ao acidente do navio no Porto de Paranaguá)

O SR. NEIVO BERARDIN

Espero que esta demonstração tenha dado a noção aos Srs. Deputados e ao povo do Paraná, do maior desastre ecológico já acontecido no nosso Estado.

A Comissão é formada pelos Deputados Natálio Stica, Airton Araújo, Valdir Leite e Artagão Júnior, e nós estivemos numa reunião, na terça-feira, à noite; encontramos, após nove dias do acidente, um quadro indefinido em relação a quem assumiria a responsabilidade com o ônus da despesa para a limpeza da nossa baía de Paranaguá e, também, não havia alguém que assumisse essa responsabilidade.

Quero cumprimentar todos os membros da Comissão, que estiveram junto conosco realizado essa reunião histórica, onde o Poder Legislativo do Paraná se fez presente de forma firme, intermediando uma situação de altíssimo interesse para o nosso Estado, sobretudo, na questão ambiental e, sobretudo na questão do Porto de Paranaguá.

Também tivemos a oportunidade de ver, naquele momento, uma Comissão de quatro membros, técnicos brasileiros, porque até então havia lá técnicos internacionais de interesse das empresas seguradoras, que queriam contar efetivamente com a vontade do tempo, do sol, para que levasse embora aquele grande dano ambiental.

Acho que esses técnicos vão nos apresentar na próxima quinta-feira, agora, às 18h00, na segunda reunião no Porto de Paranaguá, um relatório sobre a recuperação do nosso litoral do Paraná.

Era o que tinha, Sr. Presidente, agradeço muito a V. Exa. por ter determinado à assessoria técnica, por ter determinado que a Assembléia Legislativa do Paraná contratasse o Dr. Eduardo Ratão, eminente professor Dr. da Universidade Federal do Paraná, para que representasse da maneira técnica esta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero, em nome da Comissão Executiva da Casa, agradecer o trabalho realizado pelo Deputado Neivo Beraldin e aos demais membros da comissão, porque deu a resposta muito rapidamente ao anseio do povo do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar aqui os nossos cumprimentos ao Deputado Neivo Beraldin, que de forma rápida e eficiente fez esse trabalho que nós acabamos de ver com a nossa Baía de Paranaguá, que merece todo o nosso elogio.

Aliás, o Deputado Neivo Beraldin tem sido um grande líder nesta Casa, principalmente na questão de fiscalização.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma esteira do pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães, posteriormente do Deputado Elio Rusch, que usaram da tribuna, venho trazer a minha contribuição como Parlamentar a esta Casa e ao Paraná, para fazer um relato dos últimos acontecimentos ocorridos, mais precisamente da Cidade de Nova York. A revista Época, de circulação nacional traz neste final de semana uma matéria de duas páginas e meia fazendo aqui algumas considerações com relação a essa viagem extraordinária, magnífica, uma viagem que realmente contemplou gregos e troianos, o feriado de Requião. “A farra do Requião em Nova York.”

Ora! O Governador Roberto Requião tem feito um alarido tão grande com relação a essa questão de colocar a COPEL na Bolsa de Nova York, como se ele fosse o pai da criança, o senhor absoluto da verdade.

Para aqueles que têm a memória fraca, memória curta, é importante fazermos aqui uma recordação de muito pouco tempo, quando o Governo anterior, comandado pelo Presidente da COPEL foi o grande responsável de colocá-la na Bolsa de Nova York, fato este contestado pela Oposição na oportunidade, pelo então Governador Roberto Requião. E agora traz o Governador este fato como um dos mais importantes do seu governo, como se o toque do sino da Bolsa de Nova York fosse o fator preponderante, fosse o assento que deveria ser fato em todas

as manchetes de jornais deste país, não deixa de ser importante, sim. Mas o sino da Bolsa de Nova York toca todos os dias; na abertura das Sessões, toca-se o sino. O fato do toque do sino não é para comemorar a entrada das ações da COPEL na Bolsa de Nova York.

Com certeza, este toque do sino foi para comemorar o começo das festas natalinas com uma comitiva grandiosa levada pelo Governador Roberto Requião a Nova York às custas do erário público, custeando totalmente, praticamente, a viagem. Como muito bem diz a revista *Época*, compromissos encerravam no dia 23. E a partir daí, não há mais nada que pudesse justificar a permanência dessa equipe lá em Nova York para comemorar este feito, que o Requião considera como um grande feito do seu Governo já, que infelizmente até o presente momento, o Paraná ainda não conseguiu ver nenhuma obra importante implantada neste Estado para a felicidade de todos aqueles que foram lá, Deputado, pousaram numa foto que parece formatura de universitários, numa felicidade enorme, para Revista Nacional, mostrando aos paranaenses, mostrando ao Brasil a vergonha que está acontecendo no Paraná. É lamentável fatos como este estarem acontecendo num Governo que propaga aos quatro cantos deste Estado, como o grande moralizador da coisa pública neste País. Aliás, tem sido este o discurso do Governador Requião por onde passa: no Senado, quando encontra o Presidente Lula, tentando incutir na imprensa nacional uma postura diferenciada, com relação às próprias atitudes do Governo Lula, que aqui no Paraná tudo é diferente. Pelo contrário, Srs. Deputados. No Paraná, a farra continua.

Lembra muito bem V. Exa., Deputado Elio Rusch, quando daquela tribuna o Deputado Nereu Moura, Líder do PMDB, de uma forma aguerrida, porque este é seu estilo, com uma voz forte, fazia insinuações com relação às viagens do Governador Jaime Lerner. Críticas até de ordem pessoal, que nós contestamos por muitas vezes, aqui nesta Casa. E, agora, parece-me que o fato se repete. Ora! Cometer o erro, pode-se cometer; mas persistir no erro é com certeza muita burrice.

Ora! Viaja o Governador Roberto Requião com uma equipe de pessoas, uns para fiscalizar, outros para buscar peças importantes para expor no museu construído pelo Governador Jaime Lerner, museu este tão contestado, tão criticado no governo anterior, que foi fruto de ações fortes deste Governador com relação à obra edificada pelo então Governador Jaime Lerner, e que hoje é orgulho dos paranaenses. Tanto é o orgulho que a primeira dama vai a Nova York para buscar peças para trazer no museu e expor aos paranaenses, às custas do erário público.

Por isto, Srs. Deputados, é lamentável termos que usar da tribuna para fazer este tipo de manifestação. Vamos nos ater apenas a isto, esse fato terá, com certeza, repercussão nacional, como teve, e não apenas nacional, mas repercussão internacional, porque a Revista *Época* goza de um conceito internacional.

Hoje pela manhã, as emissoras de Curitiba, mais precisamente a CBN, eu ouvia e fazia algumas considerações, com relação ao fato e ao assunto publicado na Revista *Época*, e no estilo do Governador Roberto Requião, no seu ímpeto, entrou imediatamente tentando contestar o apresentador, tentando justificar aquilo que é injustificável, neste momento, e de uma forma inteligente do apresentador, deu o “corte” que deveria dar ao Governador Roberto Requião, porque ele não é o senhor absoluto da verdade e nem o dono da razão. Nós o respeitamos como Governador, investido do cargo, temos o dever e o compromisso de respeitá-lo, enquanto Governador, mas não podemos concordar pela forma como age, já que seu discurso tem sido prática, neste País, de discurso moralista, que realmente tenta vender à Nação brasileira, de que aqui no Paraná as coisas acontecem de forma diferente, o que não é verdade.

Por isso, Srs. Deputados, fico entristecido em ter que usar a tribuna para fazer este tipo de comentário. E acima de tudo, para dizer aos Srs. Deputados, fazê-los lembrar que este fato se torna marcante ao Paraná, à COPEL, como uma empresa conceituada internacionalmente. Estar na Bolsa de Nova York é importante, sim, à economia do Estado. Temos que nos render a isso. Mas, é bom lembrar que isto está ocorrendo, não é pelo feito e pela vontade do Governador Roberto Requião; é pela vontade do Governo anterior, que de uma forma inteligente colocou a COPEL na Bolsa de Nova York, de um governo que tinha uma visão não limitada, tinha uma visão aberta, enxergava com horizontes largos, de um governo que não ficava limitado a picuinhas, a ataques infundados, à crítica pela crítica de um Governo que com certeza marcou época no Estado do Paraná.

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. me concede um aparte?

Apenas, Deputado Traiano, para dizer que quando V. Exa. falou: “a farra continua”, V. Exa. está se referindo aos oito anos do Lerner, daquele casamento famoso, daquelas festas. Foi ele e um Deputado às custas da Assembléia; o Conselheiro Artagão, às custas do Tribunal de Contas, e o Governador ainda queria explicar, foi com dois ou três funcionários às custas do Estado, e não o que a Revista *Época* diz. O Governador foi representar o Paraná e o Brasil de um orgulho da empresa COPEL que V. Exas. queriam vender. Nós da Oposição da época, tínhamos razão, é a terceira maior empresa do mundo em energia elétrica, é um orgulho para nós paranaenses e para nós que somos companheiros do Roberto Requião.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Anibelli.

Quero apenas dizer que o Governador Jaime Lerner quando foi aos Estados Unidos para o casamento da sua filha, foi com as custas pagas pessoalmente, não nos cabe aqui questionar quem pagou, porque acho que é um dever e compromisso das autoridades investidas de

cargo neste Estado explicar à sociedade paranaense às custas de quem viajaram a Nova York. Agora, se o fato é importante, poderia estar o Governador e o Presidente da COPEL. Não precisariam estar lá neste momento pessoas que não têm nada a ver com o evento, mas foram participar com certeza de um banquete, de uma festa, paga pelo erário público!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de falar do assunto que me traz a esta tribuna, eu queria lembrar que este vídeo que foi apresentado pelo Deputado Neivo é uma pequena parte do que a Comissão fez lá em Paranaguá. Nós nos reunimos às 18h30 e só terminamos às 03h00 da madrugada; foi uma negociação muito difícil, quase que imposição da Comissão, para que saísse o acordo.

Mas, o que me traz a esta tribuna, Sras. e Srs. Deputados, vejo, assisto a Oposição mais uma vez tentar fazer aqui o que nós chamamos de um carnaval. E com que infelicidade, exatamente num momento em que o Governo do Estado do Paraná viaja, Deputada Elza, para receber um prêmio que a Bolsa e Valores de Nova Iorque, a Meca do capitalismo mundial oferece ao Estado do Paraná através da nossa empresa COPEL, pelo desempenho, por ser a melhor empresa da América Latina, por ser a terceira melhor empresa do mundo! Um orgulho para nós paranaenses! E muito bem fez o Governador em acompanhar o Presidente da COPEL, Dr. Paulo Pimentel, porque isso não só enobrece o povo do Paraná, mas diminui o que foi criado, ou o que foi tentado criar pela Oposição, o chamado risco Requião no Estado do Paraná.

Quero concordar com o Deputado Elio Rusch que as viagens do ex-Governador Jaime Lerner não eram as mesmas que fazem o Governador Requião. As viagens do ex-Governador Jaime Lerner, 59 para os Estados Unidos, entre elas uma levando uma grande comitiva para um casamento, parece-me que de sua filha, num iate próximo da Ilha de Manhattan. Estes eram os objetivos das viagens.

O Governador Roberto Requião só viaja quando tem um motivo que se justifique como esse, que traz ao Paraná, que traz à COPEL, esta empresa que graças à coragem do Governador Requião e à postura dos Deputados da época, que eram de Oposição nesta Casa, não deixaram vendê-la! O Governador Requião vai bater o sino, que é o símbolo do prêmio dado pela Bolsa de Nova York, mas os senhores nunca verão o Governador Roberto Requião em Nova York, na Bolsa de Valores, bater o martelo da venda dessa empresa!

Esse era o objetivo do ex-Governador Jaime Lerner quando pôs a COPEL na Bolsa de Valores, achando que logo em seguida a tornaria privatizada. O

ex-Governador Jaime Lerner queria bater, não os sinos, que nos orgulham, mas o martelo, que envergonhou o povo brasileiro nas muitas privatizações.

Este Governo que temos, graças à vontade popular, foi a Nova York, como foi à Argentina, fazer o comércio do Estado do Paraná que estava aviltado pelo ex-Governador.

Nós temos, sim, o compromisso com o povo do Paraná. O Governo Roberto Requião fez e fará outras viagens com certeza, para mostrar que o Paraná existe, para o mundo! Para mostrar que a COPEL e a SANEPAR são Companhias que voltam para a mão do povo e mão do Governo, graças à coragem de Roberto Requião.

Quero, ao encerrar, dirigir a maior parte desta homenagem aos trabalhadores da COPEL, que sempre lutaram para fazer dela a empresa que é hoje. Em especial, aos Deputados desta Casa, aqueles que no passado eram chamados de Oposição e que não permitiram a venda dessa empresa, e o Governador Roberto Requião, e os movimentos populares, numa luta árdua, mantiveram a COPEL no Estado do Paraná. Ela dá mostra que é uma empresa pública é, pode e deve ser uma empresa eficiente, fazendo com que o Estado do Paraná tenha uma empresa estatal e possa canalizar o seu lucro, mas principalmente, cumprindo com o seu objetivo maior, que é o social, através dos vários programas.

Destaco aqui a “Luz Fraterna”, que garante luz de graça para as famílias de baixa renda do Estado do Paraná. Somando com o programa do Presidente Lula, que é “Luz para Todos”, fazendo com que a energia chegue aos lares das famílias mais pobres.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Grande Expediente de hoje está reservado ao Exmo. Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador do Estado do Paraná sobre o Projeto de Lei nº 373/2004.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito da cidade de Rancho Alegre e Presidente da CONCAM, Sr. Valdinei Eloi.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com imensa satisfação que compareço a esta Assembléia para esclarecer, talvez, o projeto de lei mais simples e menos polêmico que esta Casa já votou em toda a sua história.

O que se propõe é uma visão de Estado, de advocacia pública que está na iminência de sofrer um colapso. É pura e simplesmente a transferência de aproximadamente

147 ou 145 cargos vagos da carreira especial de advogados do Poder Executivo que não serão providos para o Quadro da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná funciona há 50 anos. Hoje, são apenas 160 os Procuradores do Estado que atuam, não só na Capital como em todo o Estado do Paraná, em Brasília e em Porto Alegre, no contencioso e no âmbito de consultoria.

A carreira dos advogados do Poder Executivo, criada em decorrência de disposição transitória da Constituição Estadual de 89, já em 1990, quando nasceu, originou-se com 295 cargos que foram ao longo do tempo sendo reduzidos, em ocupações, por aposentadorias ao longo de aproximadamente quatorze anos de subsistência, sem que houvesse do Estado alguma preocupação em realizar concurso, uma vez que essa carreira foi constituída já, inicialmente, sem que concurso público houvesse sido realizado, foi o aproveitamento de advogados que se tornaram estáveis em decorrência da disposição da nossa Constituição estadual e que, pelo que reza a legislação que a institui, devem atuar em harmonia com a Procuradoria Geral do Estado, submetidos ao Gabinete do Procurador Geral do Estado que, inclusive, estabelece as lotações e define quais são as atuações ou quais devem ser as atuações desses advogados, limitadas apenas às autarquias e quando muito, consultorias no âmbito de secretarias.

Ocorre que o que se propõe aqui é apenas uma medida para otimizar essa questão, transferindo cargos da carreira de advogados que estão vagos, portanto, já contemplados, criados em 1990, contemplados em previsão orçamentária para o Quadro da Procuradoria Geral do Estado, a fim de que, no futuro, sejam providos por concurso público e se passe a ter aquilo que não só a União Federal fez, mas outros Estados também, que é a unificação da advocacia pública no âmbito da Administração.

A União Federal atuava na área jurídica pela Advocacia Geral da União e por Procuradorias autárquicas em seus diversos órgãos. É evidente que é impossível haver uma harmonia entre as atuações da administração direta e da administração indireta frente à multiplicidade de Procuradorias autárquicas. Um exemplo da União adotado há muito tempo foi unificar isso e outros Estados também. Não se pretende isso, neste momento. O que se pretende apenas é como um primeiro passo dessa unificação, sem extinguir a carreira dos advogados, apenas utilizar os cargos vagos transferindo-os para o quadro da Procuradoria Geral do Estado.

Os direitos, conquistas e prerrogativas dos advogados estão assegurados. Houve a proposição de uma Emenda, por mim assentida, de autoria do Deputado Isfer, dando conta de que respeitados os direitos às promoções, os advogados serão atendidos na medida em que a legislação que contempla essa questão permanecerá intacta.

Soube, Srs. Deputados, de um levante patrocinado pelos advogados do Poder Executivo no sentido de tentar

induzir alguns em erros, dando conta de que prerrogativas profissionais desses advogados estariam sendo suprimidas por conta desse projeto de lei. Em hipótese alguma. O projeto de lei é da maior simplicidade; ele não importa em qualquer diminuição de prerrogativa dos advogados, até porque o que não está escrito na lei não pode ser passível de presunção em função de interpretações equivocadas que estão sendo postas a esta Casa.

Há uma discussão que foi suscitada pelos advogados da carreira do Poder Executivo, relacionada às suas promoções.

No passado a Associação dos Advogados do Poder Executivo impetrou mandado de segurança postulando, dentre outras questões, que fosse o Governador do Estado do Paraná obrigado a promover os seus integrantes. Esse mandado de segurança foi denegado o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, decisão essa que foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça em acórdão recentemente lavrado, onde está escrito que o administrador, o Chefe do Poder Executivo, o Governador do Estado não está compelido a realizar promoções. Está escrito que o Chefe do Poder Executivo pode, isso está escrito com todas as letras, promover inclusive a extinção dos cargos, a suspensão dos cargos. Não é o que se está a fazer aqui.

Seria diferente se o projeto de lei estivesse pretendendo extinguir cargos de advogados e criar cargos de Procurador do Estado. Teríamos, aí sim, despesas, e teríamos que nos preocupar com questões orçamentárias. Não é nada disso que se pretende. Busca-se aqui apenas neste momento inicial, preservando a carreira dos advogados que serão, a partir de um decreto recente do Governador Roberto Requião, coordenados por uma unidade submetida ao Gabinete do Procurador Geral.

O que se pretende aqui é nada mais do que transferir cargos vagos sem se estar criando alguma despesa e sem se estar prejudicando direitos ou prerrogativas profissionais. Ao contrário, o que se busca aqui é otimizar no futuro a advocacia pública. Muitos dos advogados que ocupam essa carreira, estão em funções burocráticas. Muitos desses advogados que integram essa carreira, estão, lamentavelmente, Srs. Deputados, sendo comandados por advogados de fora da carreira! Nomeados em comissão! Muitos desses advogados estão lotados equivocadamente. Não corresponde à realidade! Palavras do representante da Associação dos Advogados que esteve aqui pondo a sua visão corporativa, diametralmente oposta a esta visão que estou pondo aqui, no sentido de que prestam serviços de defensoria pública. Tenho inúmeros ofícios em meu poder, de juízes, não só da Vara da Infância e da Juventude, como das Varas Criminais, rogando a presença de advogados naquelas unidades.

Tenho demonstrações aqui dando conta de que dos 150 advogados que integram essa carreira, a grande maioria está lotada na Secretaria da Justiça, submetida a uma Defensoria Pública que não existe institucional-

mente, mas que presta serviço ao sistema penitenciário e deveria prestar serviços às Varas Criminais também.

Há, sem dúvida alguma, problemas a serem resolvidos com essa unificação que se pretende fazer muito mais à frente.

O primeiro passo é o de podermos aumentar o Quadro da Procuradoria Geral do Estado hoje comprimido a uma realidade de 15 anos enquanto o número de comarcas aumentou; o número de juízes aumentou; o número de membros do Ministério Público cresceu; a advocacia do Estado, que é constitucionalmente comandada pela Procuradoria Geral do Estado, está comprimida em apenas 160 membros.

Além disso, apenas como destaque, para que se tenha uma ligeira idéia de como cresceu o volume de atuação da Procuradoria Geral do Estado de 2002 a 2004, trago estatísticas a justificar essa necessidade de ampliação do cargo, por esse mecanismo elementar. Por exemplo, em 2002, digo aqui no âmbito de consultoria, só - não me refiro sequer ao contencioso do Estado - o Procurador-Geral do Estado, em 2002, aprovou 205 pareceres. Em 2003 foram 521 pareceres. Em 2004 até agora foram 400 pareceres. O Procurador-Geral do Estado pode avocar a defesa de entidades da administração indireta, cuja atuação estaria afeta pela lei que rege a carreira dos advogados a eles. É uma situação excepcional, mas vem se tornando a regra.

Em 2004 o gabinete do Procurador-Geral do Estado já evocou 54 atuações que deveriam ter sido realizadas pela carreira dos advogados do Estado, porque muitos dos advogados do Estado, lamentavelmente, estão sendo chefiados por advogados em comissão - muitos estão ausentes de seus locais de trabalho e muitos estão descompromissados com alguma coordenação do Procurador-Geral. A legislação que rege essa carreira define que a atuação dos advogados do Poder Executivo deverá se dar de maneira uniforme, com a orientação do Procurador-Geral do Estado.

Desde o início de 2003 venho tentando - mediante ofícios e resoluções - ser inteirado da atuação dos advogados no âmbito das Secretarias de Estado e das autarquias. Como informação alguma foi prestada ou como não houve esses ofícios reiteradamente remetidos e nem as resoluções por mim baixadas, um decreto criou uma coordenadoria de apoio ao sistema jurídico do Estado, que é uma nova unidade da Procuradoria-Geral do Estado, que coordenará de forma eficiente e em sintonia com a carreira dos advogados do Poder Executivo a atuação do que se chama advocacia pública. É essencial que isto ocorra. É essencial que se aumente o Quadro da Procuradoria-Geral do Estado, por esse mecanismo que aqui se elegeu e que o Poder Executivo, o Governador e eu próprio conto com a aprovação desta Casa, destacando informações que eventualmente tenham sido passadas por equívoco a V. Exas., que esse projeto de modo algum elimina direitos ou restringe situações pretéritas obtidas pela carreira dos advogados.

Coloco-me Sr. Presidente, ilustres Deputados, à disposição de V. Exas., para eventuais esclarecimentos que seriam sobre este assunto. Gostaria, se me fosse permitido após o esgotamento desta pauta, de me dirigir especificamente ao Deputado Durval Amaral, esclarecendo questões acerca do pedágio, que foram talvez mal colocadas por ele. Se. V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com anuência do Deputado Durval - se ele concordar - será possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu gostaria, com todo o respeito e até o Procurador me convenceu, em parte, do seu projeto, que V. Exa. e que o meu Líder da Oposição, acho que a resposta ao Deputado Durval Amaral tem que ser dada pelo Líder do Governo.

Desculpe-me, Sr. Procurador, mas estamos aqui em uma questão específica.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Acato a solicitação de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; nosso Procurador-Geral, Dr. Sérgio Botto:

Na verdade, é um projeto, e eu não sou da área de Direito, não tenho formação nesta área, mas, pelo conhecimento e pela nossa atividade no Parlamento, tanto no Paraná, como lá em meu Município, quando recebi aquele projeto, na verdade tivemos que procurar informações, e fomos procurar a Lei nº 9.244, a Lei Complementar nº 40, que rege exatamente os cargos, tanto dos Procuradores, como dos Advogados de nosso Estado, e sentimos e vimos que a Lei Complementar nº 40 dispõe exato de um número de Procuradores e temos aqui que tínhamos 15 Procuradores da Classe 1 e estamos aumentando para 36; na Classe 2 tínhamos 25 e estamos aumentando para 52; na Classe 3 nós tínhamos 35 e estamos aumentando para 55; na Classe 4 nós tínhamos 40 e estamos aumentando para 73; e na Classe 5 também estamos aumentando. Nós tínhamos 160 Procuradores, como V. Exa. tem dito da tribuna, e estamos criando mais 136 cargos dentro da Procuradoria. Isso, na lei. E ainda, conforme o artigo 2º, diz que transfere os cargos vagos de advogado para a Procuradoria.

De informações que nós temos, tínhamos hoje 139 cargos de Advogados e parece-me que estão ocupados algo em torno de 159 ou 160 cargos. Teríamos uma vaga de 236. Somando as 236 vagas mais os 136 cargos que estamos criando da Procuradoria, estaríamos criando 373 cargos na Procuradoria; os cargos vagos e esse que estamos criando.

Aí pergunto, e V. Exa. já tem dito que aumentou muito o serviço na Procuradoria, e em relação a 2003 aumentou de 205 para 521 e agora em 2004 já tem 400 processos, informações ou consultas que foram feitas: será que esse aumento de processo na Procuradoria não se deve pelo fato de o Governo do Estado estar rompendo contratos com as empresas, com a COPEL, com a UEG, concessionárias, a questão do Porto de Paranaguá, a questão dos transgênicos, todas essas ações que estão demandando hoje no Estado?

Nós sabemos que nós temos advogados e temos Procuradores, mas acho que alguma coisa está acontecendo! Ou o Governo do Estado quer acabar com os advogados e unificar em um quadro só os Procuradores e os advogados? Aí, se for essa a proposta, da unificação, acho que tínhamos que retirar esse projeto, devolvê-lo ao Governo do Estado, a exemplo daquilo que o Governo do Estado já fez quando apresentou as Emendas aqui na Assembléia - votamos no 1º turno e no 2º turno, antes da votação, foi retirado para debater exatamente com os Procuradores e com os advogados do Estado do Paraná, para que não venha nenhuma classe ser prejudicada.

Por essa razão, Sr. Presidente e caros Deputados, não vejo razão de apresentarmos essa votação, porque nós temos advogados e Procuradores. Por que no final do ano, agora, rapidamente temos que aprovar isso aí.

Apelar ao Líder do Governo, às Lideranças Partidárias, para que não venhamos a cometer nenhuma injustiça nem com os Procuradores e nem com os advogados do Estado do Paraná, sem que tragamos uma discussão ampla com todas essas pessoas para que possamos legislar exatamente em cima daquilo que tenhamos conhecimento.

Com toda honestidade! Já disse que não tenho a formação de Direito, não sou Bacharel de Direito, mas pela vivência, acho que poucos Deputados ou talvez a grande maioria não esteja sabendo efetivamente o que esse Projeto visa trazer aqui na Assembléia Legislativa e quais as modificações. Vamos ter calma, vamos ter paciência, apelo ao bom senso.

V. Exa. está representando o Governo hoje, para que retiremos esse projeto. O Governo pega de volta e vamos fazer um amplo debate para que não venhamos cometer nenhuma injustiça.

Agora eu consulto a V. Exa: por que aumentar esses cargos públicos?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Na hora que o senhor me deixar, me der oportunidade eu lhe explico.

O SR. ELIO RUSCH

Eu vou deixar, mas é um direito que eu tenho de fazer a pergunta!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

E o senhor tem o direito de ouvir a minha resposta também. Se me der licença, eu vou tentar responder...

O SR. DRUVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, seria conveniente V. Exa. informar ao convidado que está na tribuna, qual é a prática parlamentar, porque se ele for querer desrespeitar qualquer Parlamentar que aqui se encontra, seja de Situação ou de Oposição, nós teremos que enquadrá-lo e efetivamente prestar juramento como convocado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicito às galerias que também não se manifestem e prestem atenção tanto aos Parlamentares, como ao Procurador que veio aqui a convite.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, de fato eu concordo com o Deputado Durval Amaral. Aqui nesta Casa é necessário que se cumpra o Regimento Interno e o respeito pelos Srs. Deputados que compõem este Poder, da mesma forma com os convidados desta Casa. É preciso respeitá-los para que aqui haja aquilo que estamos nos propondo; nosso Procurador-Geral do Estado foi convidado a vir aqui para dar informações para que se possa encontrar a solução para o problema. O diálogo tem que ser no mais alto nível e respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao nosso Procurador-Geral do Estado bem como aos Srs. Deputados, que fiquemos realmente no tema para que V. Exa., que foi convidado, e também só responda aquilo que os Deputados solicitarem a V. Exa.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

É o que eu estou tentando, não só responder como também retificar, talvez, o ponto de vista manifestado pelos dois Deputados que se sentiram, sem alguma razão, agravados por mim.

Não tolerarei aqui também manifestações de advogados com relação àquilo que se quer fazer. Isto aqui parece que não é um programa de auditório para que os advogados venham aqui se manifestar em torno de algo que não os prejudica.

Eu não venho aqui...

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, salvo equívoco da minha parte, porque pelo que estou observando o ilustre Procurador está querendo colocar equívocos aqui, o Regimento Interno desta Casa é claro quando diz que quem tem autoridade para pedir às galerias permanecerem em silêncio, o que V. Exa. fez até o presente momento, é V. Exa. Então, como V. Exa. já se reportou ao Sr. Procurador que ele se ativesse à resposta do Parlamentar, senão vamos

entrar aqui numa questão regimental que não cabe discutir aqui com o Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Sr. Procurador foi convidado, solicitamos às galerias que não se manifestassem, já fiz uma solicitação ao Sr. Procurador para que responda exclusivamente as perguntas formuladas pelos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Sr. Procurador-Geral do Estado.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo às indagações que me foram feitas: primeiro, retificando os números que o Deputado lançou na sua assertiva: a carreira de advogado foi constituída inicialmente com 295 cargos, dos quais hoje 159 estão em atividade e 136 vagos. O que se quer, pelo projeto de lei, é transpor esses cargos em identidades de classe. Esta carreira tem cinco classes, a carreira de Procurador do Estado também, horizontalmente. Por isso, esse número que não é um número exato, proposto no artigo 1º do anteprojeto de lei das classes de Procurador do Estado, 36, 52, 55, 73 e 80. Apenas isso. A lei complementar que rege a carreira de Procurador do Estado, Lei 40, estabelece no seu artigo 28, que cargo, o número de cargos de Procurador do Estado será disciplinado por lei ordinária. Por isso é que se está a fazer esse projeto de lei ordinária. Como já disse, aqui, não importa em alguma criação de despesa, assim como não importa em nenhum prejuízo para a carreira dos advogados.

Não vejo sentido, ilustres Srs. Deputados, em se postergar essa discussão, em se debater isso ao longo do próximo ano.

O apelo que fiz à Presidência e à Liderança do Governo no sentido que se fosse votado em Regime de Urgência esse projeto, foi apenas porque em 2001 houve um concurso para o provimento de cargos de Procurador do Estado e esse concurso ainda está válido até o dia 1º de janeiro de 2005. E o apelo que fiz foi que, uma vez aprovado esse projeto, já autorizado pelo Governador e pela Secretaria da Fazenda, eu estaria habilitado a promover 7 Procuradores para distribuí-los de uma forma mais tranqüila no âmbito do Estado do Paraná.

Não há, Srs. Deputados, nada a discutir, não há nada que implique em perda de direitos em extinção da carreira. E também não é correto afirmar que há necessidade de aumentar o Quadro da Procuradoria Geral do Estado em função de litígios que esse Governo estabeleceu ou de contratos que rompeu. Ao contrário, se em 2002 a Procuradoria-Geral do Estado se pronunciou apenas por meio de 200 pareceres, não terá sido em 2003, porque foram 500 os pareceres, que 250 ou 300 contratos foram rompidos e nem em 2004.

Eu me referia, aqui, à base estatística, apenas no âmbito de consultoria. A verdade é uma só: no Governo anterior, lamentavelmente a Procuradoria-Geral do Estado não era utilizada, não era ouvida como manda a

Constituição Estadual e como manda também a Constituição Federal. Esta é a realidade que este Governo enfrentou. E o que se quer fazer, aqui, é apenas resolver isso a nível legislativo, para que no futuro outro Governo inclusive tendo condição, promova a grande advocacia pública no Estado sem prejudicar qualquer carreira e sem beneficiar qualquer carreira também.

Penso que esclareci as indagações que V. Exa. me formulou.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Procurador, agradeço a sua resposta, mas para que consigamos entender, para que não fique nenhum erro da técnica legislativa e da forma de nós interpretarmos o projeto de lei e aquilo que V. Exa. acaba de dizer.

No artigo 1º no Projeto de Lei nº 373 visa e fixa os números de cargos que o Governo pretende instituir lá na Procuradoria-Geral, que o total chega... tinha 160, cria mais 136 e chega a 296 cargos dentro da Procuradoria. V. Exa. também diz que as transferências dos cargos vagos, e que me corrigiu, não são 395, são 295 e 159 estão ocupados e que têm 136 cargos vagos.

Agora vamos entender comigo, Procurador. O que diz o artigo 2º? Primeiro fixamos o artigo 1º a criação de 296 cargos. Isso diz a lei que veio para a Assembléia Legislativa. O que diz o artigo 2º? A partir da publicação da presente lei, os cargos vagos na carreira de que trata a Lei nº 9422 e que seriam os 296 cargos que existem, a Lei 9422 não fixa os cargos do número de advogados que são 295? Acho que é isso. Se tem 136 vagos, se nós já fixamos 296 cargos pelo artigo 1º, e aqui no artigo 2º diz que as vagas de que trata a Lei 9422 fica automaticamente transferida a carreira instituída pelo Capítulo V.

Estamos criando 136 e mais 136 que estamos transferindo pelo artigo 2º? Eu entendo dessa forma.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não, Deputado. A justificativa que acompanha, não sei se V. Exa. tem...

O SR. ELIO RUSCH

Mas o que vale é a lei, Procurador!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Os documentos que instruem a justificativa: a justificativa foi instruída com um decreto do Governador com documentos fornecidos pela Secretaria da Administração que dão conta desses cálculos ou da quantidade de cargos e eu volto a insistir. Se nós temos 160 cargos de Procurador no Estado, com mais 136, passaremos a ter 296. Os 159 cargos de advogados permanecerão absolutamente intactos com isso.

Transfere-se apenas do contexto da Classe V de advogado, correspondência Classe V de Procurador e assim, sucessivamente, sem que haja algum questionamento. A carreira permanece inalterada, ocupada pelos 159 advogados do Poder Executivo, e não se está

mudando aqui absolutamente nada da Lei 9422. Está apenas, com base nesta informação e com base no que se propõe, transferindo os cargos, nada mais, nada menos.

O SR. ELIO RUSCH

Mas transfere-se os cargos.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Então vamos.

O SR. ELIO RUSCH

Entendo, como legislador, que estamos fixando 296 mais os 136 cargos que estão vagos.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não, não, claro que não!

Não estamos criando cargos, estamos transferindo apenas os 136! se v. exa. pegar o quadro, como fez da lei complementar 40, verá que na correspondência de cada classe, como está lá previsto, está acrescentando apenas os cargos vagos, nada mais, nada menos!

Não há esse conflito, não, *data vênia*!

O SR. ELIO RUSCH

O vencimento do Procurador e do advogado é o mesmo?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não, o advogado percebe mais.

O SR. ELIO RUSCH

O advogado percebe mais?

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias para que não se manifestem.

O SR. ELIO RUSCH

Quando foi o último reajuste dos Procuradores?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

O reajuste foi na mesma data-base dos advogados, há nove anos.

O SR. ELIO RUSCH

Mas neste ano não houve uma gratificação para os Procuradores?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Neste ano houve a atribuição de gratificação por encargos especiais a alguns Procuradores, não à totalidade deles, isso em função do volume de trabalho.

Isso é uma prerrogativa do Governador, está previsto em lei e se encontra justificado plenamente, inclu-

sive em Previsão Orçamentária da própria Procuradoria-Geral do Estado e se justifica porque os números que eu trouxe a V. Exas., dão conta de que, no mínimo, o trabalho dos Procuradores dobrou.

O SR. ELIO RUSCH

Qual foi o critério adotado para dar a gratificação para alguns Procuradores e não para outros?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Procurador que já recebe gratificação por encargos especiais, de outra natureza não recebeu e Procurador que exerce cargo em Comissão, não recebeu, como é o meu caso e de alguns outros que estão fora da Procuradoria ou ocupando cargos de chefia.

O SR. ELIO RUSCH

Não quero monopolizar o debate.

Agradeço ao Procurador, mas continuo na minha tese. Acho que esse projeto merece uma discussão mais ampla e entendo que o artigo 2º é conflitante com o artigo 2º. Entendo que estamos criando duas vezes os mesmos cargos.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Sr. Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

O Sr. Procurador Sérgio Botto já manifestou a este Plenário que nós, numa discussão anterior que houve, havíamos solicitado que houvesse uma Emenda que preservasse e garantisse os direitos de promoção dos advogados.

Da mesma forma, nós entendemos que a regulamentação, tanto da carreira de Procurador, como de advogado, teria que ser tudo isso feito por lei complementar e, também fizemos uma Emenda dando um prazo de 180 dias, para que fosse enviada a esta Casa de Leis, uma lei complementar, regulamentando em definitivo, porque esta é uma situação, Sr. Procurador, que me parece muito mais uma questão de melhor amplitude de debate, do que efetivamente qualquer outra coisa. Nós estamos talvez falando a mesma coisa várias vezes, talvez tenhamos a intenção em alguns momentos e, infelizmente, não estamos conseguindo chegar ao mesmo objetivo.

Entendo que há necessidade sim, de mais Procuradores, como entendo, enfim, que vamos extinguir a carreira de advogado, vamos fazê-lo de uma forma que preserve todos os direitos. Por isso, acho que há necessidade da lei complementar.

Acho que há necessidade também que seja efetivamente calcada a preservação desse direito de promoção, porque, ninguém é obrigado a promover ninguém, mas,

desde que exista um princípio de promoção, ele pode, à vontade do governante, ser executado.

Não podemos imaginar, que no dia de hoje, votando essa lei definitivamente, nós estaríamos pressupondo que todos os próximos governadores do Estado do Paraná tenham uma visão única. Eles podem ter num determinado momento uma visão diferenciada de quererem dar uma promoção para alguém, ou para a carreira como um todo.

Entendo sim, que há necessidade de ficar preservado esse direito, como já está, através desta Emenda. Entendo sim, que há necessidade de uma lei complementar regulamentando de uma vez por todas essas questões de funções.

Como disse bem o senhor, pode haver caso onde tenha um chefe de determinado setor que seja cargo de comissão. Mas eu acho que muito mais isso é um defeito do Estado, como um todo e não é culpa deste Governo. Uma vez que isso é fruto de muitos Governos, que, não dotaram as autarquias, não dotaram os Quadros do Estado, através de concurso, enfim, fazendo com que, efetivamente, nós tivéssemos uma boa estrutura jurídica.

Também acho que é uma deficiência do próprio Estado, que até hoje, Deputada Elza, V. Exa. que até hoje, sempre defende uma boa Defensoria Pública, efetivamente regulamentada e pronta para trabalhar junto à sociedade, dando resposta à sociedade paranaense.

Acho, Procurador Sérgio Botto, que este é um grande momento de tentarmos um grande diálogo, fazermos, como bem disse V. Exa., como há Advocacia Geral da União, como há Advocacia Geral do Estado, em que Procuradores, advogados, enfim todos passem efetivamente a exercer plenamente a função pública, ficando totalmente restrito em todos os casos, que esses advogados públicos possam militar, através de escritórios privados.

Acho que essa talvez seja uma recomendação que deva vir nessa lei complementar de uma forma bem incisiva, aí nós começaremos a corrigir algumas distorções.

Há como votar desde que essas emendas estejam contempladas e que não seja cerceado em momento algum direito, que eu entendo um direito legítimo de promoção. É uma questão de foro íntimo e político a decisão se vai se dar ou não. Mas entendo que o direito do servidor de ter promoção é legítimo.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sem dúvida, Deputado, eu próprio concordei prontamente com a emenda aditiva, de sua autoria e do Deputado José Maria, também, para serem acrescidos dois artigos ao anteprojeto de lei. O artigo 3º assegura as promoções dos atuais ocupantes da carreira e o artigo 4º que estabelece a necessidade de lei complementar, foi o que nós havíamos combinado em reunião, na Liderança do Governo e com que mantenho aqui, neste momento também.

O SR. DURVAL AMARAL

Procurador Sérgio Botto, é uma satisfação recebê-lo aqui na Assembléia Legislativa na qualidade de convidado, para esclarecer algumas dúvidas que todos nós Parlamentares temos em relação a esse projeto.

Pergunto a V. Exa. se há Procurador ou Procuradores integrando Conselhos ou Órgãos Deliberativos de Empresas Políticas ou de Economia Mista sendo remunerados para esse fim.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sim! Eu mesmo integro dois Conselhos e já esclareço de antemão que a proibição que havia nesse sentido desapareceu, não só por mudança legislativa, como também por renovação de um decreto. Há outros Procuradores que são membros necessariamente de outros Conselhos e não remunerados, assim como há por força de lei também, por exemplo, o Conselho Penitenciário integrado por Procurador do Estado, o Conselho do Meio Ambiente. Alguns remunerados desde que a lei autorize e outros não remunerados, sem prejuízo evidentemente das atribuições do cargo. Membro do Conselho, Procurador do Estado permanecem nas suas atividades normais.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Perfeito. Obrigado!

Pergunto a V. Exa. se há Procuradores do Estado recebendo honorários ou sucumbência diretamente ou através de Fundo especialmente criado com esse fim e qual a média mensal recebida no corrente ano.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Essa informação deve estar sendo encaminhada a V. Exa. em razão de um pedido formal que foi formulado à Casa Civil e respondido, acredito, que sexta-feira. Não tenho números disso, mas antecipo que não há recebimento de honorários. Essa é uma questão que precisa ser muito bem esclarecida.

Aliás, é uma grande oportunidade a esse Procurador-Geral para que isso se esclareça definitivamente.

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece não só atual, como desde 1965 que os honorários pertencem ao advogado. O Procurador do Estado é um advogado, formado em Direito e inscrito na Ordem, assim como são inscritos como advogados aqueles que integram a carreira especial de advogados. A discussão que passou a se estabelecer aí foi no sentido de se saber qual a natureza jurídica de verbas de sucumbência postas em processos que envolvem a Fazenda Pública.

Há muito tempo se discutiu se pública ou privada e no Paraná no ano passado nós resolvemos enfrentar a postura mais conservadora, no sentido de entendermos que se trata de verba pública e passamos a regulamentar isso em função de uma lei que foi aprovada por esta Casa, pela qual se criou um Fundo Especial. Este fundo sofre a fiscalização do Tribunal de Contas do nosso

Estado, e é baseado numa legislação idêntica do Ministério Público, que também percebe sucumbência. Esse Fundo divide a sua receita entre prêmios de produtividade por critérios que estão dispostos na legislação e em regulamentos também, em equipamentos da Procuradoria, em Congressos, Seminários, na forma disposta na lei de regência.

As informações serão encaminhadas a V. Exa. e acredito que tudo ali se esclarecerá. Não tenho números aqui para ter uma resposta objetiva.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Fico satisfeito em saber que V. Sa. está encaminhando as respostas ao nosso pedido de informação.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

A resposta virá da maneira mais transparente possível.

Não há nada a esconder com relação a esse Fundo. Ao contrário, a criação do Fundo trouxe justamente a lisura na gerência desta verba, na minha visão é pública. Outros Estados seguiram a mesma linha do Paraná. Aqueles que tiveram a visão de eliminar essa discussão e transformaram esta verba de sucumbência em verba pública, também.

O SR. DURVAL AMARAL

Pergunto a V. Sa., com relação à Lei Complementar nº 4087, que estabelece uma jornada de 40 horas semanais, se os Procuradores do Estado, efetivamente todos eles, cumprem essa jornada de trabalho e se existe algum controle específico para a jornada de trabalho de cada um dos respectivos Procuradores?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sim. A Procuradoria é integrada por unidades. São várias unidades, cada uma delas com sua chefia, a quem os Procuradores se reportam e de quem cabe exigir, por parte do Gabinete, a postura dos Procuradores, a atuação deles, a diligência e a eficiência também. Há um controle, sim, Sr. Deputado, de vez que com bastante frequência essas unidades se reúnem para apresentar seus problemas aos seus chefes, que se reúnem com o Procurador-Geral, também, ou com o Diretor-Geral da Procuradoria Geral do Estado. Há um controle, sim, com relação à jornada. O que ocorre, lamentavelmente, é que a Procuradoria está espremida num prédio diminuto.

Quer dizer, se somos aqui na Capital aproximadamente cem Procuradores ou perto disto, eu diria que não há espaço físico para comportar todos. Fomos despejados do Edifício Castelo Branco. Estamos, hoje, comprimidos num prédio bastante pequeno, mas o trabalho lá ocorre, com bastante eficiência e com bastante fiscalização. Assim como deve ocorrer, é o que nós queremos ver, com a criação desta Coordenadoria, como é a jornada de trabalho dos advogados, também. Porque na lei de regência desta carreira, também há a jornada de 40 horas.

O que não há é um efetivo mecanismo de controle - ou não havia - do Procurador-Geral, situação que se resolverá com esta Coordenadoria, com toda certeza.

O SR. DURVAL AMARAL

Efetivamente, Dr. Sérgio Botto, existem muitos Procuradores, muitos dos quais brilhantes, que são professores em nossas universidades, quer sejam públicas ou privadas, federal ou estaduais. Pergunto a V. Sa. se está sendo respeitada a não cumulatividade, obedecendo o que dispõe o artigo 37 da Constituição Federal e se este teto salarial que estabelece a Constituição Federal está sendo respeitado e se V. Sa. está fazendo com que todos os Procuradores que efetivamente sejam professores das nossas universidades, não estejam extrapolando o que dispõe a nossa Constituição Federal e Estadual? Com respeito à remuneração.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Temos sim, vários professores de Direito integrando o Quadro da Procuradoria Geral do Estado para inclusive engrandecer a instituição, muitos deles hoje integrando, inclusive, a Diretoria da Universidade Federal do Paraná e outras unidades de ensino aqui da Capital, também. Há esta preocupação, sem dúvida, com relação ao teto. Eu lembro V. Exa. da Emenda 41 da Constituição Federal, que incorporou as carreiras de Procuradores do Estado e defensores públicos no teto de Ministro do Supremo Tribunal Federal. De modo que, com o que ganha um professor universitário, acho impossível que este teto esteja sendo ultrapassado, e com o que ganha um Procurador do Estado, também, somados os dois vencimentos, dificilmente chegaremos à metade do que recebe um Ministro do Supremos Tribunal Federal.

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor afirma que o teto está sendo respeitado por parte de todos os Procuradores?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não há dúvida disto.

O SR. DURVAL AMARAL

Ainda com relação às considerações que V. Sa. fez, o atendimento aos hipossuficientes cresceu de uma maneira bastante acelerada nesses últimos anos. O senhor tem conhecimento?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sim.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Não seria então mais lógico que a carreira especial, ou a carreira dos advogados, efetivamente fossem transferidas para a Secretaria de Estado da Justiça?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Isso seria, em primeiro lugar, inconstitucional; teríamos que criar a carreira de defensor público e provê-la por concurso público, o que talvez o Estado tenha que fazer, sim. Eu acho que o que se faz hoje aqui, esse grande debate, é o começo disso, não tenho a menor dúvida de que o Paraná, não digo agora, mas terá que se preocupar, sim, com a instituição de uma carreira de Defensor Público.

Hoje isso funciona aos trancos e barrancos, alguns advogados da carreira do Poder Executivo estão lotados na Secretaria da Justiça e a “Defensoria Pública”, entre aspas, porque não existe como instituição; o serviço de Defensoria Pública, é afeto ao Secretário da Justiça. Agora, não se pode, salvo melhor juízo, transferir pura e simplesmente os cargos desses advogados para a criação de uma carreira de Defensor Público porque nós estaríamos burlando a Constituição Federal que exige que os cargos sejam providos por concurso. Teríamos que criar.

E já adianto a V. Exa. que há um estudo bastante adiantado de autoria da atual Chefe da Defensoria Pública, que tem estado em contato comigo, no sentido de avançarmos, criando a carreira, instituindo a carreira de Defensor Público, que não é carreira de Procurador do Estado, para que ela, no futuro, que espero não seja muito longínquo, seja provida na forma constitucional.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, a minha é uma sugestão de encaminhamento à Mesa. O Deputado Elio Rusch que está junto com V. Exa. fez uma arguição, mesmo com a resposta, no meu entendimento clara, transparente do Procurador-Geral do Estado no teor do projeto, se o projeto cria mais um cargo, menos um cargo, se é 130, ou 280, ou 540, como o Deputado Elio Rusch permaneceu ainda com esta dúvida, que a Mesa Executiva amanhã, quando o projeto for colocado em pauta, ou na quarta-feira para votar, que a Mesa dirima essa dúvida através da assessoria legislativa, porque a opinião e a palavra do Procurador-Geral do Estado, não sei se para todos os Deputados, para mim bastou que o projeto não está criando mais cargos para a Procuradoria, a não ser aqueles contados e ditos pelo Procurador-Geral do Estado.

Então, essa me pareceu a única grande dúvida que ficou, mas como é uma dúvida importante, e é pertinente, para que possamos fazer a votação com muita tranquilidade, porque no passado já aconteceu casos de estarmos votando criação, substituição, e acreditando que não se estava criando novos cargos, e acabamos criando de fato novos cargos.

Então, que a Mesa Executiva, através da assessoria legislativa, amanhã, ou depois, dirimisse essa dúvida de uma forma definitiva. Olha: “o que estamos votando, de acordo com o processo legislativo, é exatamente isso, isso e isso. Era só essa sugestão de encaminhamento. Não sei se o Deputado Elio Rusch concorda?”

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, se V. Exa. me permitir, até eu fui na Mesa para falar com V. Exa. sobre esta questão, que é uma dúvida que ficou. Quer dizer, criamos os cargos, esses cargos serão preenchidos na Procuradoria por concurso público, deve ser por concurso público, são 136 cargos que nós estamos criando. Entendo que no artigo 2º nós também estamos transferindo, V. Exa. disse que não, mas ficou aquela dúvida exatamente na questão técnica legislativa na interpretação. Só para colaborar ainda, Procurador, que se manteria todos os avanços, as conquistas da classe dos advogados, que isso não seria prejudicial. Mas eu pergunto a V. Exa.: que avanços os advogados terão, se transferir todos os cargos vagos para a Procuradoria como é que nós vamos dar um avanço para um advogado da 5ª classe para a 4ª, da 4ª para a 3ª, se não existem mais vagas dentro da lei que regulamenta a carreira dos advogados?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Da mesma forma como damos hoje na carreira de Procurador. Só há promoção na medida em que haja aposentadoria. A carreira está lotada.

Destaco mais uma vez que não se está criando cargos. Estamos transferindo os vagos para o Quadro da Procuradoria-Geral do Estado, na exata horizontalidade de classes.

O SR. DURVAL AMARAL

Se estamos transferindo os cargos e posteriormente faremos concursos, não fazendo com que o Estado possa gastar mais recursos, não seria mais lógico por lei transferirmos esses cargos para a Defensoria Pública e, imediatamente criarmos o cargo de Defensor Público, através de concurso público? Não seria mais lógico ao bem da economia fazermos isso?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Penso que não, porque a prioridade neste momento é transferir esses cargos, sim. Deixá-los lá na Procuradoria. Isso não significa que eles serão providos por inteiro, até porque já há lotação para isso.

Não devíamos estabelecer aqui um retalho, temos que cumprir a forma constitucional. Hoje, pela forma aprovada no Congresso Nacional a Defensoria é o órgão dotado de autonomia financeira e administrativa. Quer dizer, os Estados que não tiverem defensoria pública, tão logo se encerre a tramitação da reforma do Judiciário, terão, sim, que se organizar para isso.

A prioridade é justamente essa: unificar a advocacia pública, não num serviço de defensoria pública. Não estaremos sequer cumprindo a Constituição Federal, se fizermos isso!

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria de agradecer a presença do Dr. Botto. É muito importante este debate, porque ficam esclarecidas

as dúvidas que alguns Deputados tinham com relação ao projeto.

As duas questões que eram as mais específicas e preocupantes, pelo menos para alguns advogados que me procuraram, ficaram devidamente esclarecidas.

A maior questão era em relação à promoção dos advogados, que ficaria - na visão deles - liquidada, e V. Sa. explica com muita clareza, e disse que isso não ocorrerá, em função da emenda de dois Parlamentares desta Casa. Outra questão seria a lei complementar que também já foi devidamente acordada e será resolvida para que seja regulamentada.

Portanto, sinto-me satisfeita com as informações, porque eram essas duas questões as mais pertinentes, exatamente as que me foram levadas ao gabinete.

Uma questão que é fundamental que votemos, rapidamente, é a validade do concurso que já existe e que termina em janeiro de 2005. Se não fizermos agora, estaremos perdendo essa oportunidade e o momento que seria resolvida uma situação sem onerar o Governo, em função de que já existe orçamento e que não haveria concurso público, neste momento. Portanto, penso que a Casa também deve ter essa preocupação e deve votar na mesma semana, o mais rapidamente, porque como interlocutores da população, da sociedade civil, sentimos essa necessidade.

Foi tocada aqui numa questão da defensoria pública, um debate antigo, necessário e inadiável. Esperamos que esse futuro seja o mais breve possível, porque, sem dúvida nenhuma, fica muito difícil trabalhar sem as defensorias. Eu, particularmente, acho, considerando as colocações de V. Exa. - não criação de novos cargos, garantia da promoção dos advogados e a questão da lei complementar - não fica mais dúvida nenhuma que não tivesse sido questionada e não respondida pelo senhor.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Srs. Deputados, Sr. Presidente, acho que se não houver algum outro questionamento...

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu havia me inscrito antes. Só queria fazer uma pergunta ao Dr. Sérgio.

Dr. Sérgio, apenas uma curiosidade, porque me parece que há uma Resolução nº 165/2004 da TGE que foi feita designando os Procuradores do Estado, Vera Gracia Paranaguá Cunha, Miguel Ramos Campos e Valquíria Bassetti Crossmann para constituírem comissão de processo administrativo disciplinar destinado a averiguar as possíveis irregularidades na efetivação dos integrantes da Carreira Especial dos Advogados do Estado do Paraná.

A pergunta que eu faço, é para averiguar as irregularidades na efetivação ou no reenquadramento?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Na efetivação.

O SR. TADEU VENERI

Quais seriam as possíveis irregularidades?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não sei, essa solicitação parte da Secretaria da Administração. O senhor veja que a Resolução é recentíssima...

O SR. TADEU VENERI

Sim, é do dia 04 de novembro.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Acredito que essa questão sequer ainda iniciou seus trabalhos, mas o seu foco é justamente verificar possíveis irregularidades na efetivação.

O SR. TADEU VENERI

Está certo!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos ao Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda por aceitar o convite desta Casa e hoje ter vindo aqui, colocar à disposição dos Parlamentares, todas as informações.

Muito Obrigado!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu que agradeço, Sr. Presidente. Espero ter contribuído para que esta Casa possa deliberar com tranquilidade a questão que foi aqui debatida hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar aos Srs. Deputados que esse projeto está em regime de urgência e será colocado na pauta do dia de amanhã.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Obrigado, Sr. Presidente!

Boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP.

(Todas Declinaram)

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Padre Paulo Campos.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, servidores, convidados e galeria:

Quero, em nome da minha Bancada, do Partido dos Trabalhadores, ocupar desta tribuna para, lamen-

tavelmente, registrar, com extremo pesar a morte de um companheiro do Partido dos Trabalhadores em Cafezal do Sul, Claudionor dos Anjos Silva, eleito com 60% dos votos em sua cidade no último dia 03 de outubro.

Claudionor, um jovem de 29 anos, com muito idealismo, muito determinado, muito sonhador, membro da Polícia Militar, professor de educação física, nunca havia militado na política funcional; candidatou-se pela primeira vez e foi eleito com 60% dos votos do seu eleitorado.

O Sr. Natálio Stica

Permite-me um aparte, Deputado.

(Assentimento)

Agradeço, Deputado e quero me solidarizar com V. Exa. e com toda a Bancada do PT. Foi um triste acontecimento a passagem do companheiro Claudionor, recém-eleito. Estivemos lá durante a campanha. Ele, que era policial militar naquela cidade muito querido, e numa campanha paupérrima chegou lá, e tragicamente perdeu a vida no dia de ontem. Entristece, não só o Partido dos Trabalhadores, mas tenho certeza todos os políticos que têm a ética acima de tudo neste Estado, perde com o passamento do companheiro Claudionor.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigado, Deputado Stica.

Continuando, político que fez uma campanha brilhante, que foi modelo de campanha, foi modelo de pleito eleitoral, eleito dessa forma, e lamentavelmente, na madrugada de sábado para domingo, às 22h50 minutos foi vítima de um acidente automobilístico, vindo a perder a sua vida. Certamente, é uma estrela a menos na nossa constelação petista; das 29 prefeituras que elegemos, temos agora uma a menos, mas, seguramente, é uma estrela a mais no céu, na grande constelação, somando-se aos grandes profetas e mártires que Deus já acolheu para serem os nossos intercessores.

Queremos aqui registrar o passamento com pesar, com sentimento de dor do nosso companheiro. Estive ainda na semana passada, almoçando com ele, com outros prefeitos e vereadores eleitos, com todo o sonho que ele tinha, com toda a projeção de como faria a sua administração a partir de 01 de janeiro. E mesmo antes de ser diplomado veio a falecer de maneira trágica.

Mas, queremos lembrar aqui também, a fala de Jesus Cristo quando no discurso com Marta e Maria, por ocasião da morte de Lázaro, quando Jesus diz para Marta: “Se a semente não for lançada na terra, ela não produzirá frutos”. E disse mais, para Marta: “Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em mim, mesmo que morra viverá”.

Nós temos certeza, Deputada Elza, que o nosso companheiro Claudionor, idealista, determinado, tão jovem, 29 anos, iniciando a sua vida e, sobretudo a vida na política funcional, temos certeza que lá nos céus é a semente que vai dar muitos frutos e será o nosso interces-

sor, a nós políticos, que queremos implantar uma política, uma administração séria, coerente e justa.

Um aparte ao Deputado Neivo, na seqüência, Deputada Cida.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Padre Paulo, quero solidarizar-me com V. Exa. por esse momento de dor, pelo passamento do Prefeito eleito de Cafezal e também à população de Cafezal, que perde o seu prefeito eleito, tão jovem, 29 anos de idade e ainda sem ser diplomado. Eu já senti na pele, perdendo o meu irmão também, prefeito eleito da cidade de Galha, Município de São Paulo, antes mesmo de ser diplomado, também em um acidente de automóvel. Deus determina e temos que acatar.

Devemos oferecer o conforto necessário à sua família e a todos os municípios de Cafezal. Isso é um destino de Deus.

Queremos prestar a nossa solidariedade a todos do Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Padre Paulo, que acreditaram naquele sonhador. Hoje, os seus sonhos poderão tornar-se realidade lá de cima olhando e estendendo a mão para todos aqueles que sonham com ele o mesmo sonho.

Muito obrigado.

A Sra. Cida Borghetti

Da mesma forma, Deputado Padre Paulo, eu gostaria que levassem em nosso nome e em nome desta Casa à família do Claudionor, nosso sentimento de dor e perda em um momento importante na vida de seus familiares e da sua cidade, que esperançosas esperavam no jovem Claudionor uma administração diferente.

Eu gostaria que V. Exa. levasse essa nossa solidariedade de pesar à família e também a todas as pessoas que residem na cidade de Cafezal.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigado Deputado Neivo Beraldin. Obrigado Deputada Cida Borghetti.

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia

Quero me somar ao senhor, também fiz um requerimento nesta Casa. O Claudionor, mesmo estando no seu Partido, foi um companheiro de batalha com a gente. Estivemos juntos no palanque, em reuniões, fizemos as composições políticas, mas sempre somando com o meu grupo político as suas idéias. Um jovem sonhador, que tinha tudo para mudar a história daquele Município. Tenha certeza, que ele vai estar lá em cima orientando o seu grupo político, para que as coisas aconteçam.

Eu estava conversando agora com os Prefeitos de Nova Olímpia, Luiz Sorvos; Amarildo, de Altônia; e Claiton, de Pérola. Há poucos dias estávamos jantando na sua casa, na maior alegria. Ele dizia para nós: Depu-

tado Nelson Garcia, em breve estarei em Curitiba. Eu estava junto com o Zeca, do PT, de Cruzeiro do Oeste. Ele dizia: Os sonhos, que são meus e do povo, vamos realizar! Mas, infelizmente, essa tragédia. Hoje passei às quatro horas da manhã pelo local que aconteceu o acidente - é uma reta, uma situação difícil de acontecer. Era o destino. Deus quis assim e levou o nosso Claudionor.

Somo-me a você. Vamos confortar a família. Vamos fazer que naquele município seja realizado o sonho que ele sempre sonhou.

Muito obrigado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Quero registrar aqui o nosso sentimento, da minha Bancada, de todos os companheiros, Deputadas e Deputados, ao Claudionor, à sua família, aos companheiros petistas daquele Município, que tanto se empenhou com os demais da coligação e a todo o povo de Cafetal do Sul, que perdeu o seu grande líder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças:

PMDB.

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, apenas para trazer, infelizmente uma notícia que talvez seja de conhecimento de várias lideranças e políticos, pelo falecimento da querida companheira Loreta Valadares, que foi uma das maiores lideranças feministas deste País. Ela teve um papel fundamental na criação da União Brasileira de Mulheres. Uma mulher que na ditadura deste País não se calou, levantou a bandeira da democracia, da justiça, da liberdade. Por isso foi presa, torturada, e ficou com várias seqüelas em função dessas torturas e, infelizmente, no dia 24 ela teve que ser submetida a um transplante de coração e não resistiu. Desde a sua prisão era uma companheira de grande força ideológica e grande força política, mas fisicamente bastante fragilizada em função da violência sofrida na ditadura militar.

Falo isso com pesar, porque temos perdido grandes lideranças neste País e uma delas - desculpem-me mas peço licença para destacar - foi Manoel Jacinto Correia, que em função de 17 prisões políticas acabou falecendo também em função de seqüelas adquiridas em prisões por este País afora. Então, sempre que morre uma pessoa nas circunstâncias de Loreta, lembro-me de meu pai que morreu também vítima de seqüelas de várias prisões que teve pelo único motivo de não concordar com a ditadura militar neste País, por não concordar com a exclusão social e de ter, como Loreta, levantado uma bandeira para que todos tivéssemos igualdade de condição neste País, Sr. Presidente!

Então, faço aqui uma homenagem a essa grande companheira e evidentemente tenho certeza que todos os companheiros e companheiras da Casa nos acompanharão hoje em um requerimento que fazemos, de voto de pesar à família da Loreta, grande companheira, que deixa o Movimento de Mulheres mais pobre; eu diria que o movimento social ficou mais pobre, que o País ficou mais pobre com a perda dessa incrível companheira! E quero solidarizar-me também aos companheiros do PT pela perda do Prefeito eleito, Claudionor, de uma forma tão brutal, ele que era uma pessoa tão jovem ainda.

Portanto, fica marcado de uma forma indelével em nossos corações a tragédia que se abate sobre uma pessoa que estava começando e certamente teria uma brilhante carreira política.

Era isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 427/04-APPA, subscrito pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, constante do expediente, acusando recebimento do convite para comparecer nesta Casa de Leis, na data de 29 de novembro de 2004, a fim de prestar esclarecimentos acerca do Ofício Circular nº 011/04-APPA. **À Diretoria de Apoio ao Plenário. Inclua-se no Expediente.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2109, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo da Lei nº 5944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP.

Existe uma emenda de Plenário.

Este projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça, dando por encerrada a sua discussão.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 587/2003

Art. 1º - O inciso VIII, do artigo 41, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41 -...

...

VIII - estar processado ou cumprindo pena criminal.

§ 1º - se o processo-crime versar sobre fato ocorrido durante a execução de ações e operações de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, execução de atividade defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca, salvamentos e socorros públicos, policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas definidas em lei, por provocação da parte interessada, a Comissão de Promoções de Oficiais, em votação unânime e motivando o ato, poderá manter o Oficial no quadro de acesso, podendo a qualquer momento rever o ato.

§ 2º - da decisão denegatória ou da exclusão do Oficial do quadro de acesso de que trata o parágrafo anterior é vedado o pedido de reconsideração de ato ou a de interposição de recurso à instância administrativa superior.

§ 3º - a decisão da Comissão de Promoções de Oficiais em manter o Oficial processado criminalmente no quadro de acesso e a proposição da respectiva promoção dependerá da homologação do Governador do Estado, de cuja decisão não caberá recurso.

Art. 2º - O inciso V, do artigo 25 e o inciso VII, do artigo 39 da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 25 -...

...

V - estar sendo processado ou cumprindo pena criminal.

...

Art. 39 -...

...

VII - estar processado ou cumprindo pena criminal.

§ 1º - se o processo-crime versar sobre fato ocorrido durante a execução de ações e operações de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, execução de atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca, salvamentos e socorros públicos, policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas definidas em lei, por provocação da parte interessada, a Comissão de Promoções de Praças, em votação unânime e motivando o ato, poderá manter a praça no quadro de acesso, podendo a qualquer tempo rever o ato.

§ 2º - da decisão denegatória ou da exclusão da praça do quadro de acesso de que trata o parágrafo anterior é vedado o pedido de reconsideração de ato ou a interposição de recurso à instância administrativa superior.

§ 3º - a decisão da Comissão de Promoções de praças em manter a praça processada criminalmente no quadro de acesso e a proposição da respectiva promoção dependerá da homologação do Comandante geral, de cuja decisão não caberá recurso.

Art. 3º - esta lei entrará em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Reni Pereira, Delegado Bradock, Miltinho Pupio, Marcos Isfer.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2004, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2004, conforme Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Lar do Menor São Vicente de Paulo, do Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 398/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 398/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Util-

idade Pública o Lar do Menor São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 400/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 400/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Cidadão do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 412/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 412/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Pequeno Cidadão, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Serra dos Dourados do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 413/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 413/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Serra dos Dourados, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Sagrada Família de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 415/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 415/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Sagrada Família, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2004, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública Estadual a casa de Passagem Bem Me Quer, com sede e foro no Cidade de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2004, de 22.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 430/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 430/2004, de autoria da Deputada Arlete Caramês, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Passagem Bem Me Quer, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nesta Segunda Discussão é para oferecimento de emendas conforme parágrafo 1º do artigo 224 do Regimento Interno.

O item 09, conforme o entendimento que fizemos na semana passada - que nós vamos receber Emendas até o dia de amanhã -, voltará à pauta no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2084, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. NATÁLIO STICA (Encaminhamento de Votação)

Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha votação contrária a esse requerimento que está pedindo, nada mais, nada menos, que o Secretário Maurício Requião se manifeste contrário ao projeto de lei que é originário da Secretaria da Educação! Quer dizer, não possível, nós vamos discutir o mérito desse projeto quando for votado nesta Casa!

Então hoje, quero votar contrário ao requerimento, pedindo voto NÃO!

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, poderia informar que requerimento é esse?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Faz leitura do requerimento do Deputado Barbosa Neto)

Na realidade, é uma Mensagem do Poder Executivo. O autor está retirando o requerimento.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 2074, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2082, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2083, 2085, a 2093 e 2102, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2095 a 2098, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2099, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2100, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2101, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2108, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2110, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2114, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2115, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2112, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 115, 187, 221 e 342/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 025/2004.

Marcos ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 729/2003, 251 e 367/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 398, 400, 412, 413, 415 e 430/2004.

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Convido ainda os Srs. Deputados para participarem da Sessão Solene em homenagem aos 40 anos de criação do SERPO - Serviço Federal de Processamento de Dados, por proposição do Deputado Tadeu Veneri, a realizar-se às dezessete horas.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 315/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6014, de 24.08.2004, deste Poder, baseada nos Decretos Legislativos nºs 183/82, 476/83, 239/88, 307/88 e artigo 4º da Resolução nº 52/89,

R E S O L V E :

Determinar a correção do Decreto Legislativo nº 444/89, no que se refere ao enquadramento da funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula nº 88, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, enquadrando-a, com efeitos legais a partir de 21.11.1989, no cargo de Consultor Legislativo "A", NU-2, nos termos da Resolução nº 52/89, artigo 4º, que preceitua que "os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A" e "B", portadores de Diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo "A".

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 28.10.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 333/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº

6775/2004, datado de 18 de outubro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a SUELI FRESK, que mantinha união estável conforme trânsito em julgado da sentença prolatada no autos nºs 193/2003, de Reconhecimento de Sociedade de Fato, do Juízo de Direito de Cascavel/PR, com o ex-Deputado Estadual Tiago Amorin Novaes, falecido em 18 de dezembro de 2001, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 25.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 334/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6780, datado de 19 de outubro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula nº 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A" - NU-2, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, no termos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 23 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 25.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 335/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6837/2004, datado de 19 de outubro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula nº 011, ocupante do cargo de Taquígrafa "A" - nível TQ-2, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, no termos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 23 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 25.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 336/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6907/2004, datado de 22 de outubro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula nº 041, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, aposentado no cargo de Procurador, 1ª Classe, nível NU-2, os termos do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, da Secretaria da Receita Federal, de 06 de janeiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 25.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 051/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7421, datado de 16 de novembro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SUZANA OZORES, matrícula nº 40533, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 16 de outubro de 2004, término 30 de novembro de 2004. CID.D24X, D17.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral